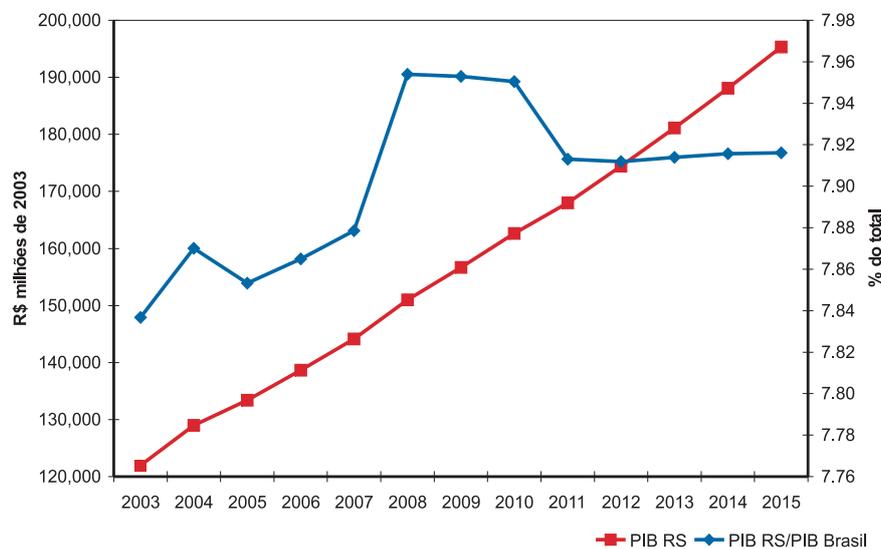


III.1.3. Cenário Tendencial Estadual

A parcela do Estado no PIB nacional deve aumentar até 2015, assim como a distância entre e o nível do PIB per capita estadual e o nível médio do País, tendo em vista o crescimento a maior do PIB e o crescimento a menor da população no Estado. Todavia, há que considerar que alguns setores importantes para o Estado têm previsão pouco otimista no futuro, dado o esperado contexto econômico internacional. Outros setores importantes na economia estadual, ainda que com cenários esperados favoráveis, certamente encontrarão competição mais acirrada no futuro. Assim sendo, é fundamental cuidar para que o Estado mantenha-se competitivo nas atividades em que já se destaca e nas quais se espera um cenário favorável, ao mesmo tempo em que se criem condições para que melhorem as condições competitivas nos setores mais ameaçados.

Em linhas gerais, o desempenho da economia gaúcha mostra-se pouco mais favorável que o nacional. A taxa média anual de variação do PIB estadual, no período de projeção, equivale a 4.00% a.a., contra 3.92% a.a. para a economia brasileira. Este desempenho faria com que o Rio Grande do Sul aumentasse sua participação na geração de riquezas no País, de 7.84% para 7.92% (Figura III-1).

Figura III-1 – Projeção do PIB do Rio Grande do Sul: 2003-2015



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

O emprego no Rio Grande do Sul também aumentaria mais que no restante do País (37.7% contra 34.2%). Entretanto, a composição do emprego seria menos favorável em termos de geração de valor adicionado por trabalhador: mesmo com níveis mais elevados (R\$ 26.167,00 em 2003, no RS, contra R\$ 23.111,00, no resto do Brasil), o diferencial percentual reduziria de 13.2% para 11.6%.

Em termos setoriais, o Estado passa a depender cada vez menos de setores tradicionalmente relevantes, diretamente ligados ao setor primário. Percebe-se que, setores tradicionais da economia gaúcha, como a agropecuária e setores da indústria alimentar, perdem posição relativa no período, refletindo menor competitividade em relação ao resto do País, uma vez que o deslocamento da fronteira agropecuária em direção às macro-regiões do Centro-Oeste e do Norte tem sido acompanhado por ganhos relativos de produtividade, diferencial este mantido em nossas projeções.

A indústria de material de transporte também se desloca, na margem, para fora do Estado. No período de projeção não são considerados novos investimentos no setor, além daqueles necessários para reposição do estoque de capital.

Investimentos previstos em papel e celulose e reflorestamento favorecem a competitividade dos setores de serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário, e a indústria de papel e gráfica no Estado. Além destes setores, o novo ciclo de crescimento da economia brasileira, em que a economia gaúcha apresenta desempenho acima da média, favorecerá setores locais produtores de bens de capital associados ao aumento dos investimentos, como indústrias metalúrgicas, fabricação e manutenção de máquinas e tratores, fabricação de material elétrico e eletrônico.

A indústria química, apesar do desempenho nacional relativamente menos favorável, apresenta-se, no Rio Grande do Sul, com maior vigor relativo, uma vez que aumenta sua participação em 0.4 pontos percentuais.

O setor de fabricação de calçados e artigos de couros e peles é o setor que apresentaria maior ganho em sua participação no total nacional, alcançando um aumento equivalente a 3.3 pontos percentuais.

Nos setores de serviços, merece destaque no Estado apenas o aumento da participação de setores auxiliares da atividade econômica, como comércio e transporte, alavancados pelo melhor desempenho relativo da economia gaúcha. Setores de serviços modernos, como comunicações, apresentam desempenho relativo menos favorável na economia do Estado.

Tabela III-5 – PIB Setorial, Rio Grande do Sul, 2003-2015 (R\$ milhões de 2003)

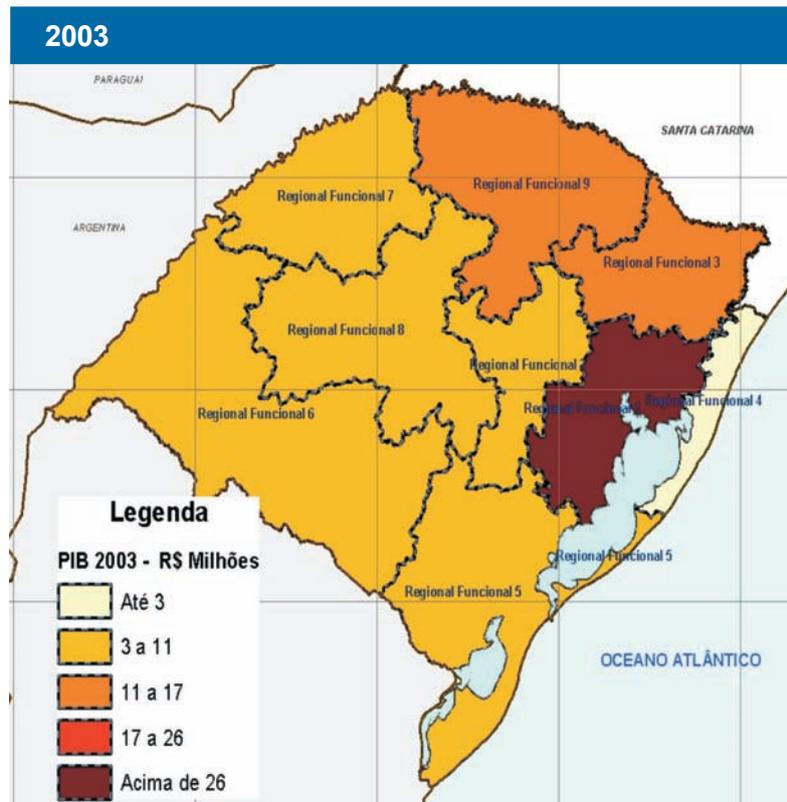
Setores	2003	2007	2011	2015
Agropecuária	17,657	19,847	21,731	23,846
Indústrias metalúrgicas	3,429	4,153	4,891	5,790
Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	2,562	3,738	4,562	5,511
Fabricação de material elétrico e eletrônico	592	750	985	1,294
Indústria de material de transportes	1,196	1,413	1,627	1,872
Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	1,163	1,523	1,817	2,129
Indústria de papel e gráfica	1,390	1,672	2,015	2,395
Indústria química	8,822	10,060	11,540	13,264
Fabricação de calçados e artigos de couro e peles	4,368	5,290	6,304	7,398
Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	3,216	3,409	3,629	3,871
Abate e preparação de carnes	2,578	2,849	3,096	3,341
Resfriamento e preparação de leite e laticínios	699	760	830	903
Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras para alimentação	1,396	1,556	1,717	1,896
Demais indústrias alimentares	1,616	1,846	2,054	2,272
Demais indústrias	4,593	5,848	7,659	9,798
Serviços industriais de utilidade pública	2,277	2,895	3,602	4,337
Construção civil	5,691	7,253	7,722	8,762
Comércio	11,534	14,435	17,564	20,844
Transporte	2,185	2,892	3,644	4,397
Comunicações	2,993	3,563	4,288	5,067
Instituições financeiras	7,101	8,571	10,263	12,015
Serviços prestados às famílias e empresas	8,539	10,695	13,862	17,433
Aluguel de imóveis	10,384	11,264	12,276	13,282
Administração pública	14,547	16,250	18,557	21,678
Serviços privados não mercantis	1,427	1,584	1,767	1,945
Total	121,955	144,115	168,004	195,339

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

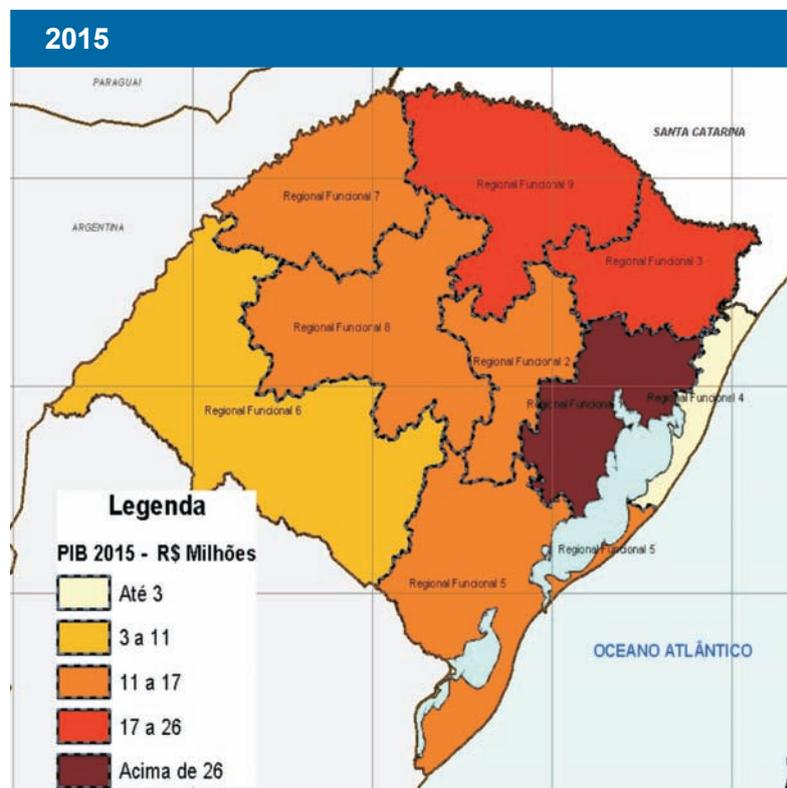
Ao analisar a tendência em relação ao crescimento do PIB e do PIB per capita nas regiões gaúchas, pode-se observar um reforço da concentração atualmente existente. A **Figura III-2** mostra a distribuição do volume dos PIB regionais em 2003 e 2015. Verifica-se que, com exceção das regiões 4 (COREDE Litoral) e 6 (COREDEs Fronteira Oeste e Campanha), que se mantêm com os menores valores entre 2003 e 2015, os PIBs das demais regiões tendem a crescer, mantendo-se também a dominância da região 1. Portanto, nas estratégias objetivando diminuição de desigualdades, há que se investir e/ou dar incentivos diferenciais a elas, enquanto nas demais se preservam suas condições de crescimento, garantindo a competitividade global do Rio Grande do Sul.

Figura III-2 – PIB Regional, 2003-2015

(R\$ bilhões de 2003)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

A mesma situação se repete quando se analisa o PIB per capita esperado no cenário tendencial. As mesmas regiões 4 e 6 permanecem em 2015 com valores os mais baixos do Estado, mas nota-se um diferencial nas regiões peri-metropolitanas: enquanto as regiões 2 (COREDEs Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo) e 3 (Serra e Hortênsias) alcançam os mais altos valores per capita, a região 1, que engloba a Região Metropolitana de Porto Alegre, tem valores em escala menor. Neste caso, as estratégias sociais deverão ser mais intensas para as regiões menos favorecidas, compensando as menores rendas obtidas.

Figura III-3 – PIB Anual per Capita Regional, 2003-2015

(R\$ mil de 2003)

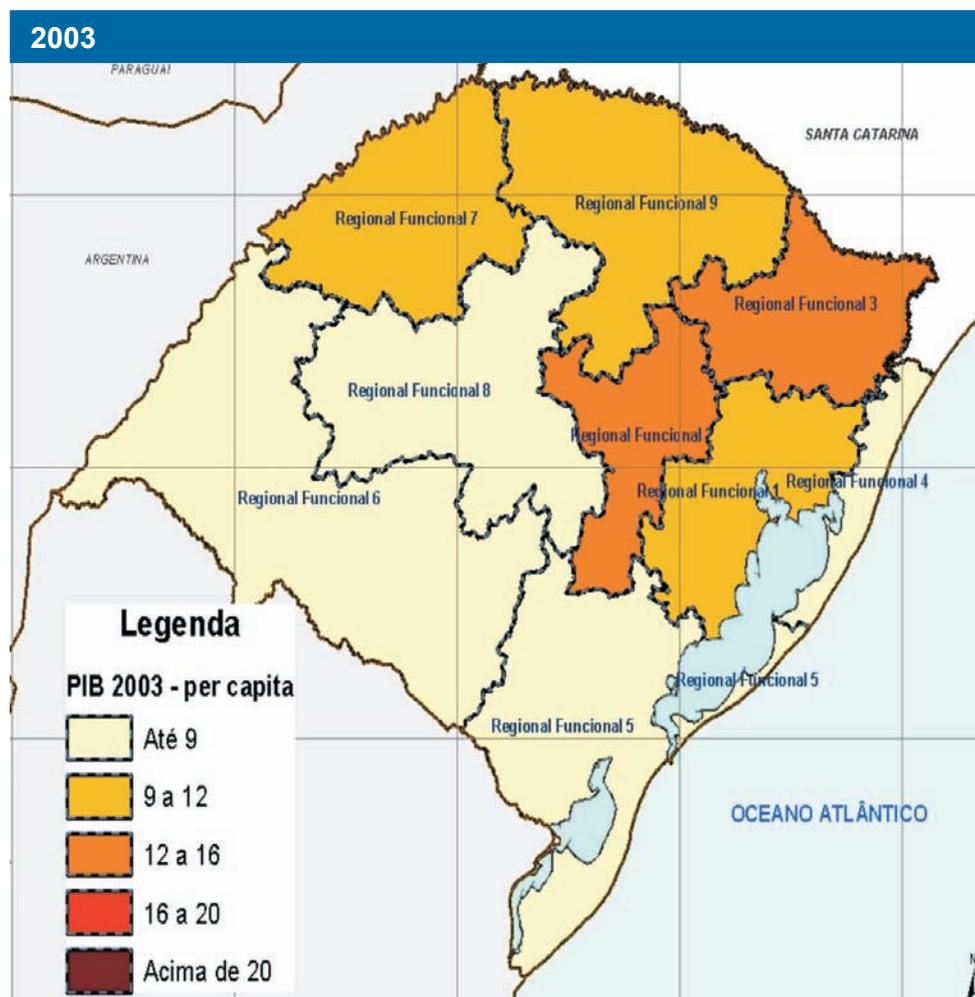
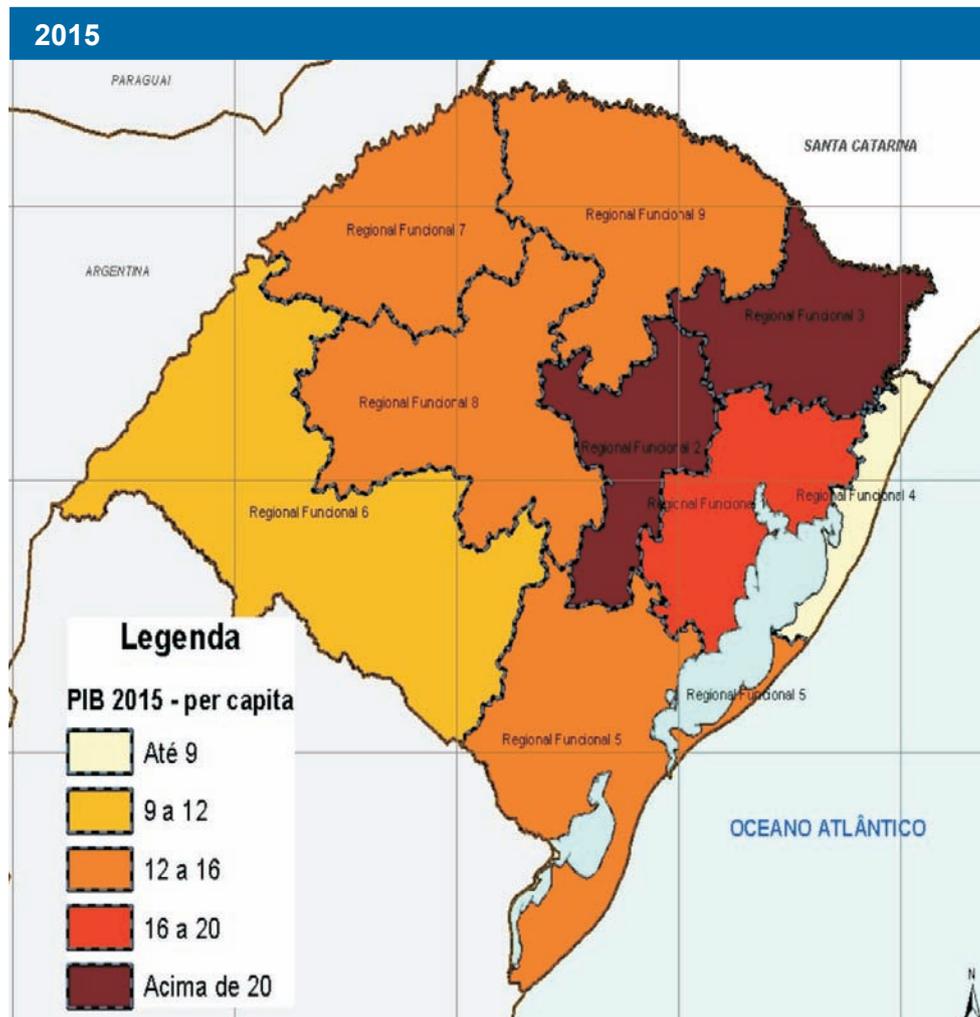


Figura III-3 – Continuação

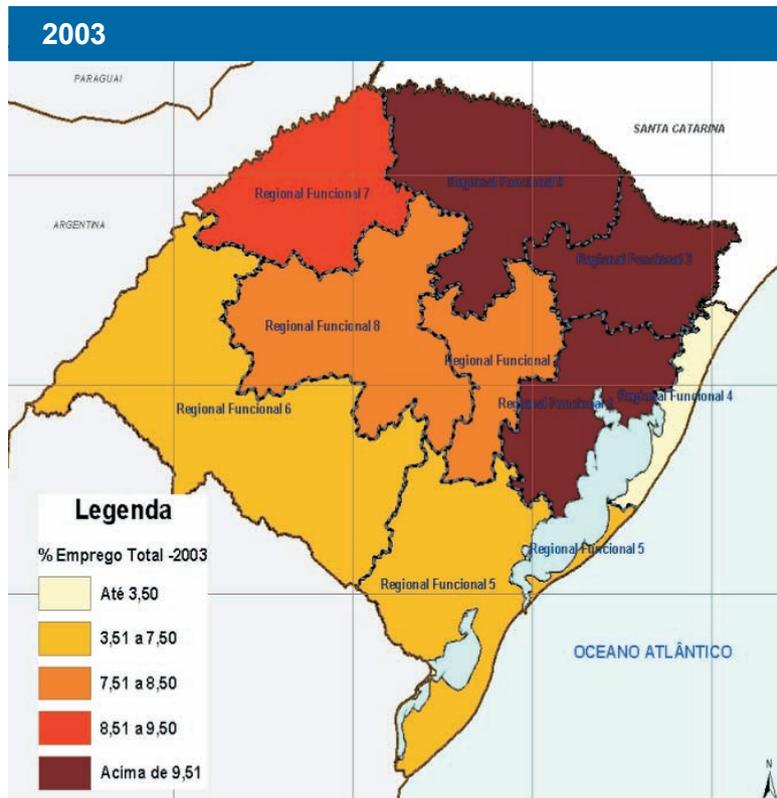


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

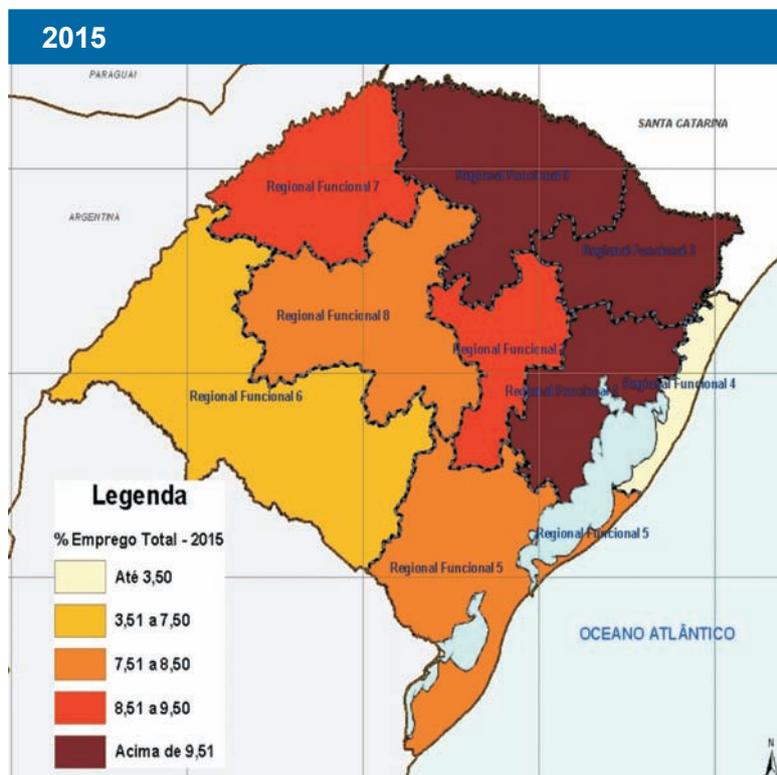
No âmbito de absorção da população em postos de trabalho, a mesma situação de deficiência das regiões 4 e 6 persistem, indicando que, nelas, as políticas de geração de empregos terão que ser mais incisivas. Nota-se que a região 2 é a única que eleva seu patamar de geração de empregos, enquanto as demais permanecem nos mesmos patamares de 2003, com a maior dominância nas regiões 1, 3 e 9, que tendem a ser as maiores absorvedoras de mão-de-obra do Estado.

Figura III-4 – Emprego Regional, 2003-2015

(% do Emprego Total)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Essas análises fazem ressaltar os setores promissores (**Quadro III-3**) em cada região de planejamento, que deveriam ser considerados prioritários na elaboração das políticas públicas;

Quadro III-3 – Segmentos Promissores

COREDEs	RP	Segmentos Promissores
Metropolitano do Delta do Jacuí	1	- Alta tecnologia - Química - Petroquímica - Mecânica - Automotiva - Metalúrgica
Vale do Caí		- Petroquímica - Mecânica - Agroindústria
Vale do Rio dos Sinos		- Alta tecnologia - Mecânica - Automotiva - Calçadista (reposicionamento) - Química - Metalúrgica
Paranhana - Encosta da Serra		- Calçadista (reposicionamento)
Centro – Sul		- Agropecuária - Indústria metalúrgica
Vale do Taquari	2	- Silvicultura, serraria e fabricação de artigos de madeira e mobiliário - Fabricação e refino de óleos vegetais - Gorduras para alimentação - Frutas - Aves/suínos
Vale do Rio Pardo		- Material eletroeletrônico - Material de transporte - Química - Papel e gráfica - Silvicultura - Frutas

Quadro III-3 – Continuação

COREDEs	RP	Segmentos Promissores
Serra	3	<ul style="list-style-type: none"> - Silvicultura - Móveis - Metal Mecânico - Frutas, Sucos e Vinho - Turismo - Eletro - Eletrônico - Plásticos - Hortigranjeiros - Aves e Suínos - Grãos e Rações - Ind. de Alimentos - Transportes
Hortênsias		<ul style="list-style-type: none"> - Silvicultura - Frutas, Sucos e Vinho - Turismo - Hortigranjeiros - Aves e Suínos - Grãos e Rações - Carnes Especiais - Ind. de Alimentos - Transportes - Móveis
Sul	5	<ul style="list-style-type: none"> - Silvicultura e indústria florestal - Construção Naval - Frutas - Demais indústrias Alimentares - Serviços - Rochas ornamentais, granito e mármore - Pesca e Piscicultura
Litoral	4	<p>Vantagens competitivas especializadas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serrarias e Fabricação de artigos de Madeira e mobiliário - Turismo - Silvicultura
Campanha	6	<ul style="list-style-type: none"> - Fruticultura - Vitivinicultura - Cadeia da pecuária - Arroz
Fronteira Oeste	7	<p>Segmentos promissores: vantagens competitivas e especialização</p> <ul style="list-style-type: none"> - Máquinas/equipamentos agrícolas - Leite/laticínios
Missões		<p>Segmentos especializados com menor competitividade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grãos (soja, trigo, cevada e milho) - Suínos
Fronteira Noroeste		<p>Segmentos com menor especialização mas potenciais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produtos de origem vegetal - Eletro - eletrônicos
Noroeste Colonial		<ul style="list-style-type: none"> - Produtos alimentares - Alta tecnologia

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

III.2. Visão Estratégica e Estratégias para o Estado

O Plano Plurianual 2004-2007 do Rio Grande do Sul registra a Visão Estratégica para o Estado no período. Os grandes objetivos que estruturam a visão de médio prazo nos quais os esforços do governo vêm se orientando, são:

- a) A promoção da inclusão social;
- b) A atração de investimentos e o fomento ao desenvolvimento econômico;
- c) O combate às desigualdades regionais e
- d) A modernização da gestão e dos serviços públicos.

O desenvolvimento do estudo RumoS 2015, ao analisar evolutiva e integradamente inúmeras dimensões da realidade estadual e construir um cenário tendencial futuro com base nessa evolução, permitiu precisar melhor as características específicas e multisetoriais de vários problemas que estão ocorrendo no Estado, que podem comprometer o alcance dos objetivos governamentais, constituindo-se em desafios para a sua concretização.

Sinteticamente, identificaram-se, como principais desafios que se interpõem ao alcance desses objetivos, as questões delimitadas abaixo.

A) A busca de produtos diferenciados para o mercado nacional e internacional

O Rio Grande do Sul não é um Estado que se caracterize pela produção econômica de “grande escala” ou volumes. Toda a diversidade do que produz de forma competitiva no contexto nacional e mundial é específico e diferenciado e, mantendo-se com essa “diferença”, terá chances de persistir nessa competitividade”. Assim, a questão de *pesquisas contínuas* nos vários segmentos dominantes e dinâmicos, perscrutando mercados, desenvolvendo novas tecnologias de processos e produtos e buscando mercados nacionais e internacionais, é questão chave para a continuidade de seu êxito, de modo a não acirrar desigualdades regionais e pessoais, pela perda de receitas e arrecadações. E essa diferenciação deve ocorrer tanto na agropecuária – produtos de maior valor, maior produtividade e produção – como no parque industrial e agroindustrial – inteligência de mercado, *design*, novos processos de produção, gestão e comercialização – e na ampliação de setores de ponta – informática, alta tecnologia. São indispensáveis a ampliação do número de pesquisas aplicadas, ampliação de recursos e encurtamento de prazos de pesquisas, tanto em processos industriais em segmentos promissores – estreitando os laços entre universidades, centros tecnológicos e empresas – como em novos cultivares agropecuários aptos às várias regiões (silvicultura, grãos, olerícolas e frutas), também com maior estreitamento entre centros de pesquisa e produtores. As inovações são imprescindíveis para a competitividade do RS.

Esta questão, que em muitos outros Estados seria de difícil concretização encontra, no Rio Grande do Sul, uma base de universidades e centros de pesquisas muito ampla e

abrangente, territorial e tematicamente, sem dúvida elemento essencial para essa busca contínua de diferenciação da produção e maior inserção em setores de ponta.

Figura III-6 – Universidades e Centros de Pesquisas



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

B) Fortalecimento da base primária na potencialização de agroindústrias

A produção agropecuária e agroindustrial, importantes na base econômica gaúcha, é calcada especialmente nas pequenas propriedades familiares, embora as culturas empresariais estejam transpassando essa estrutura fundiária. Essa base agropecuária tem encontrado inúmeros problemas, que contribuíram para os processos migratórios campo-cidade, embora hoje mais atenuado. Essa ainda importante base populacional rural é responsável tanto pela “economia de integração” que acopla produtores a indústrias, como pela efervescência de soluções coletivas – associações, cooperativas, consórcios – e também pelo nível educacional encontrado nas populações migrantes.

Esse patrimônio gaúcho deve ser fortalecido por ações diversas relacionadas às necessidades de: voltar-se a tipos de cultivos adequados e de maior valor – silvicultura e hortifrutigranjeiros – que exigem marcos regulatórios ambientais que favoreçam a estabilidade; ampliação da defesa sanitária, permitindo o maior trânsito de produtos entre municípios, para outros estados e para o exterior; regularização das disponibilidades de água para permitir a irrigação, contendo perdas de safras e ampliando produtividades; certificações de qualidade que contribuam para produções sustentáveis e limpas “do berço ao túmulo”, respondendo às crescentes exigências do mercado internacional.

Assistência técnica e capacitação gerencial para os pequenos produtores, acoplada a linhas de financiamento, incentivando o associativismo e as reconversões produtivas, assim como soluções quanto a disponibilidades de água, defesa sanitária e marcos regulatórios ambientais, serão formas de fortalecer a agropecuária e, com produções mais constantes e firmes, obter maior segurança e potencial para processamentos agroindustriais.

C) Inteligência de mercado para a maior penetração de produtos gaúchos nos vários mercados

Em um mundo cada vez mais profissional e competitivo, é fundamental desenvolver no âmbito estadual uma inteligência de mercado para apoiar os setores promissores, buscando tipologias de novas demandas e mercados adequados para os produtos industriais e também agropecuários. Deve constituir-se em um aparato de percepção de demandas e de apoio à comercialização e exportação, nas diversas etapas deste processo – canal de distribuição, ponto de venda no exterior, marca regional, promoção, câmbio, informações competitivas – ampliando os níveis de abertura da economia gaúcha, não só nos setores mais competitivos, como também em outros setores e atividades promissores.

D) Rede urbano-industrial concentrada

A base industrial dominante no Rio Grande do Sul concentra-se, como já diagnosticado por vários estudos, no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Porém, a rede urbana gaúcha é densa, especi-

almente na porção norte do Estado, onde uma estrutura fundiária de pequenas propriedades favoreceu o surgimento de uma rede capilarizada e hierarquizada. Nas cidades-pólos dessas áreas externas ao eixo dominante, concentram-se as atividades industriais mais relevantes. A localização industrial centra-se igualmente nos pólos principais da porção sul do Estado, onde a rede urbana, em decorrência da estrutura fundiária mais concentrada, é esparsa, pouco capilarizada e hierarquizada.

Para incentivar a descentralização industrial do eixo dominante, torna-se necessária uma ação efetiva de fortalecimento dos pólos urbanos nas diversas regiões, que permitam manter e atrair novas atividades industriais e de serviços de modo mais equânime no território gaúcho. O fortalecimento da rede de cidades médias, por medidas tais como apoio à industrialização, capacitação social, localização de serviços de apoio à logística, padrões urbanos adequados e ampliação do acesso à Internet, entre outras, poderão, a médio e longo prazo, torná-las atrativas a atividades econômicas e destino das populações migrantes, redistribuindo com menor desigualdade os benefícios socioeconômicos pelo espaço gaúcho.

E) Maior coordenação de ações e governança regional

Outro patrimônio gaúcho é o grande capital social existente, formado de inúmeras formas associativistas que, se de um lado representam um grande potencial de iniciativas em vários campos, de outro, propiciam uma considerável indefinição de atribuições, superposição de ações, indefinição de objetivos, falta de coordenação e dispersão de energias. O estudo identificou uma grande “perda de carga” social pela existência de inúmeras associações e grupos realizando propostas semelhantes, conflitantes, superpostas, tanto na estrutura governamental como nos grupos sociais.

Coordenar esse enorme potencial de iniciativas passa, necessariamente, pela instituição de uma boa governança no Estado que deverá incluir vários níveis de atuação: desde a maior clareza nas atribuições de vários órgãos governamentais, evitando superposições de iniciativas; revisão das regionalizações governamentais setoriais, para que imprimam maior coerência às divisões territoriais, e contribuam para a integração de ações; aperfeiçoamento da gestão política, ou seja, da forma como os vários agentes – ou o capital social – se articulam permanentemente com o governo para planejar o futuro das regiões e do Estado; e, principalmente, pela “governança operacional”, ou seja, selecionadas as estratégias e prioridades para cada região e Estado, canalizar os esforços para objetivos comuns, instituindo câmaras ou fóruns que as implementem, ampliando sua atuação para incluir também a busca de parceiros, recursos e formas de implementação.

F) Exigência de logísticas de transportes diferenciadas

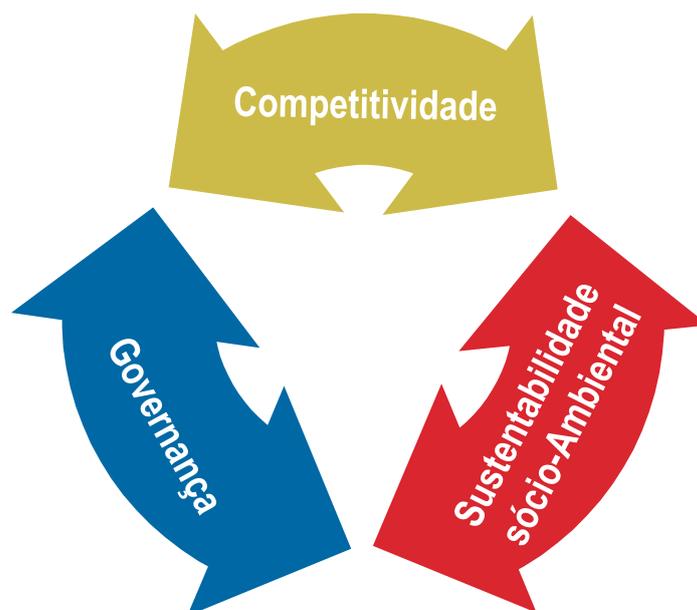
Os problemas de logística de transportes mostram-se diversificados: desde a falta de sistemas principais e capilares, que incorporem porções territoriais aos processos produtivos

e mercados (como exemplos, as porções ao norte dos COREDEs Hortênsias e Nordeste, sem articulações viárias, assim como muitos municípios do Estado, sem acessos asfaltados); passando pelas estruturas multimodais de acesso à RMPA, ao Sudeste brasileiro e ao Porto do Rio Grande para exportações, que possibilitem menores custos às produções regionais; mas também pela gestão desses sistemas, com maior segurança e com otimização e consolidação de cargas, haja vista a dominância de pequenos produtores e de produtos de alto valor agregado e baixos volumes. As soluções de logística perpassam, portanto, desde grandes estruturas modais e intermodais de escoamentos, até sistemas capilares, transbordos de cargas ou plataformas e gargalos operacionais em exportações.

Esses desafios principais identificados pelos estudos nortearam a definição da visão estratégica e de estratégias para o Estado, levando em conta as especificidades de suas regiões, buscando atender aos objetivos governamentais mais amplos de inclusão social, fomento do desenvolvimento, combate às desigualdades e modernização da gestão pública.

A Visão Estratégica para o Rio Grande do Sul busca manter e ampliar a competitividade do Estado visando o crescimento econômico e a geração de empregos no futuro, garantida a preservação ambiental, a melhoria das condições sociais e a redução das desigualdades regionais. Isso deve dar-se em contexto de estrutura de governança moderna, com maior eficiência e participação dos vários segmentos da sociedade.

Figura III-7 – Visão Estratégica do RS



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Considerando o horizonte mais amplo de 2015, e as tendências esperadas para setores e regiões do Estado apontadas neste estudo, cumpre considerar de forma mais ampla o posicionamento do Estado no contexto da economia brasileira no futuro.

O tema da competitividade é fundamental para o desenvolvimento econômico e para a atração de investimentos. Manter-se competitivo implica desenvolver produtos que alcancem os mercados (local, estadual, nacional e internacional), com qualidade, desenho e custo competitivos. Assim, é importante considerar aqueles fatores que contribuem nessa direção, como a busca de maior eficiência na produção interna, o desenvolvimento de produtos e processos adaptados às novas condições de mercado, o aperfeiçoamento dos canais de distribuição, a cobertura das necessidades de financiamento das empresas localizadas no Estado, a provisão da infra-estrutura compatível, entre outros. Um aspecto fundamental nesse particular, dada a localização do Estado em relação aos principais mercados nacionais e internacionais, é o cuidado com a modernização do sistema de transportes em geral, de modo que se consiga colocar os produtos junto aos mercados em condições melhores do que as encontradas no presente.

Assim, o *primeiro* elemento da Visão Estratégica para o Estado é *manter e aumentar a competitividade* nas atividades econômicas em geral, como forma de não acirrar as desigualdades regionais e pessoais.

Uma forma particular de ampliar esta competitividade refere-se ao fortalecimento da rede urbano-industrial onde se localiza o parque industrial gaúcho. O fortalecimento da rede de cidades médias onde estão instaladas e tendem a se instalar novas plantas industriais deverá se constituir no *segundo* elemento da Visão Estratégica para o Estado, em apoio ao primeiro.

Por outro lado, a sociedade gaúcha destaca-se no cenário brasileiro por seu elevado capital social, manifestado em diversas formas, destacando-se as formas de associação e participação no nível das regiões. Dado o elevado nível educacional no Estado, o volume e a qualidade das iniciativas são substantivos, havendo necessidade de organizar o esforço desenvolvido pelos vários segmentos da sociedade, destacando-se as organizações governamentais, nos três níveis, mas envolvendo todas as demais formas. É fundamental coordenar essas iniciativas e ações, eliminando-se as superposições, ampliando o escopo quando relevante, definindo papéis e responsabilidades, ampliando o espaço para as iniciativas da sociedade civil, de modo a reduzir a dispersão de energia.

Assim, um *terceiro* aspecto da Visão Estratégica do Estado é o relacionado à estrutura de *governança*, envolvendo as instituições públicas oficiais e todos os segmentos da sociedade. Trata-se de fazer com que a riqueza do capital social do Estado seja potencializada e direcionada para a consecução dos objetivos regionais e estaduais.

Outra dimensão importante do capital social gaúcho é a consciência ambiental, que se soma ao vasto e diversificado capital ambiental do Estado. Qualquer visão de futuro para o Rio Grande do Sul deve levar em conta que a competitividade de que se trata nesta Visão Estratégica deve trazer consigo uma visão de permanência, de prazos longos, de sustentabilidade. O crescimento futuro não poderá se dar a partir da exaustão dos recursos naturais, que precisam ser preservados mesmo em se pensando apenas no seu emprego futuro nos processos produtivos. Essa sustentabilidade assume uma forma evidente nos aspectos ambientais, consolidando-se como *quarto* aspecto da Visão Estratégica do Estado o que refere-se à *sustentabilidade ambiental do desenvolvimento*, por meio da conservação do vasto potencial dos recursos ambientais gaúchos.

Mas o capital social gaúcho também se manifesta nos aspectos sociais, de pobreza e desigualdade. Essas dimensões carregam um conteúdo moral e ético per se, mas também incorporam um aspecto utilitarista: o crescimento futuro não ocorrerá sem a ampliação do poder aquisitivo das classes menos privilegiadas, da ampliação do acesso à educação de qualidade, de condições de saúde mais favoráveis, de habitação, saneamento básico. Nesse sentido, um *quinto* aspecto da Visão Estratégica do Estado será a *inclusão social*.

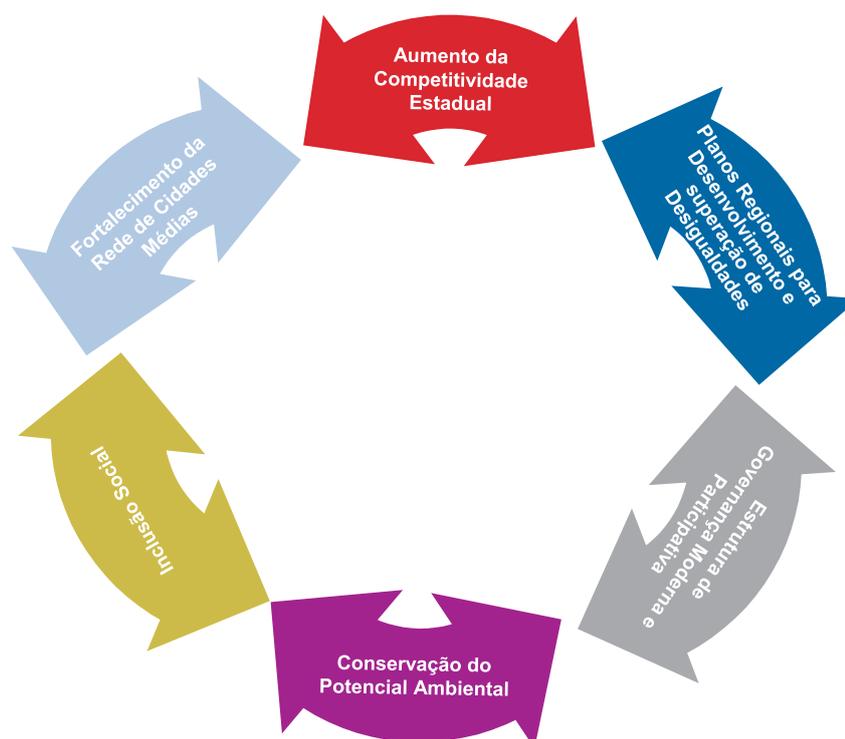
Igualmente, o futuro do Estado não deve ser pensado sem que se provenham condições para que as regiões menos desenvolvidas e estagnadas possam incorporar-se ao processo de crescimento, contribuindo para a redução das desigualdades regionais. Planos regionais são conjuntos de objetivos e ações a serem perseguidos no tempo e espaço, não só pelos governos, mas especialmente pelo rico capital social do Rio Grande do Sul. A construção de planos aceitos pelas estruturas governamentais e sociais, as agendas e compromissos entre esses vários parceiros é condição essencial de implementação. Este se constitui no *sexto* aspecto da Visão Estratégica do Estado: a construção de um “compromisso” entre Estado e agentes regionais, em torno de planos estratégicos a perseguir.

Com estes pressupostos, a Visão Estratégica exposta foi instrumentalizada em seis estratégias específicas:

- Aumento da Competitividade
- Fortalecimento Urbano-Industrial da Rede de Cidades
- Conservação do Potencial Ambiental
- Inclusão Social
- Estrutura de Governança
- Planos Regionais para Desenvolvimento e Superação de Desigualdades, pactuados.

Essas seis estratégias propostas têm fortes interações entre elas, pois uma maior governança, por exemplo, pode capitalizar o potencial ambiental, ampliar a inclusão social e regional e aumentar a competitividade regional e estadual.

Figura III-8 – Interações entre Estratégias Estaduais Propostas



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Estratégia 1 – Aumento da Competitividade Estadual

A Estratégia 1 relaciona-se à manutenção e ao aumento da competitividade estadual.

O Estado apresenta aspectos interessantes de diversidade econômica, tendo-se mostrado capaz de adaptar-se às modificações observadas nos mercados mais importantes. Isso é fruto da sua diversificada base de recursos naturais e de produção, assim como do grande capital social presente, principalmente as dimensões do empreendedorismo em grande parcela do seu território. Assim, há que capitalizar o ativo da diversidade, que traz maior estabilidade para a economia estadual. Por outro lado, cuidar para que essa diversidade não se traduza em falta de foco, levando à perda de competitividade.

O crescimento das exportações gaúchas para outros estados e países depende da competitividade em termos de custo e qualidade. No primeiro caso, aspectos ligados aos processos produtivos e ao transporte são fundamentais. No segundo, a pesquisa aplicada, com vistas ao desenvolvimento tecnológico, é crítica para a manutenção da competitividade. A inteligência de mercado é outro elemento estratégico importante, tendo em vista que apenas custo e qualidade podem não ser suficientes para atingir os mercados relevantes. Finalmente, a facilitação de acesso a instrumentos financeiros de curto e longo prazos garantirá agilidade para enfrentar a competição.

Tem-se verificado que a economia gaúcha apresenta evolução similar à economia brasileira em geral, porém com desempenho levemente superior nos últimos anos. Ainda que se deva celebrar esse crescimento superior, há que se considerar que o equacionamento dos problemas do Estado (não apenas os fiscais, mas também os sociais, a geração de empregos e oportunidades, a redução das desigualdades regionais), requer uma dinâmica mais forte. Assim, é crítico cuidar para que a competitividade da produção gaúcha aumente ao longo do tempo. Há setores com dinâmica recente favorável, como a produção de soja, que claramente apresentam vulnerabilidade em termos de competitividade; outros setores, como o fumo, deverão enfrentar restrições importantes no futuro; o arroz e a carne encaram situações de demanda estagnada, a ameaça de competidores internacionais e instabilidades sanitárias.

O principal objetivo desta estratégia é a manutenção e o aumento da competitividade estadual em todos os produtos. O estudo indica que, entre os produtos agrícolas, apenas na produção de arroz o Estado apresenta a maior eficiência nacional. Nessa medida, estabelece-se como objetivo a aproximação em 2015 aos melhores níveis de eficiência observados no país naquele ano. No setor industrial, adota-se como objetivo crescer a taxas pelo menos 10% superiores àquelas previstas no Cenário Tendencial.

Estratégia 2 – Fortalecimento Urbano-industrial da Rede de Cidades

A cidade é o *locus* principal de produção e disseminação de conhecimentos e informações, além de espaços onde se concentram as produções industriais e os serviços sociais ou terciários diversos, em apoio ao vasto *hinterland* que polarizam. No RS, a estrutura fundiária fundada em pequenas propriedades de sua porção norte viabilizou uma rede densa e hierarquizada de cidades que fornece esse apoio em vários níveis – do mais simples ao mais complexo – às suas áreas polarizadas. Já na porção sul do Estado, a estrutura fundiária concentrada em grandes propriedades gerou cidades de porte médio muito distantes uma das outras e a falta de cidades de hierarquias intermediárias, ocorrendo apenas sedes municipais pouco complexas nos serviços que oferecem.

No entanto, tanto nas cidades médias do norte como nas do sul, há necessidade de fortalecer atendimentos sociais e de serviços que possam suprir demandas cada vez maiores e mais sofisticadas de atividades terciárias e secundárias que requisitam localização urbana.

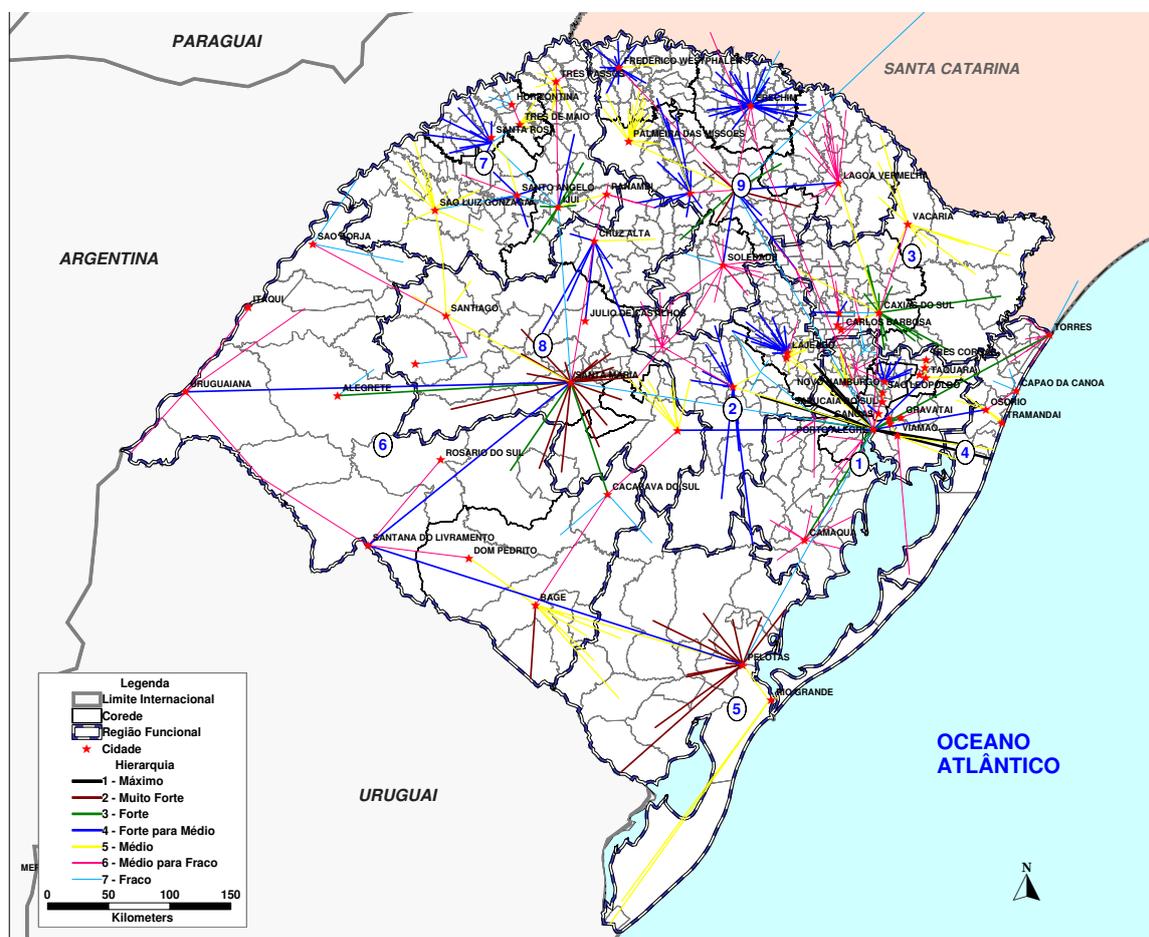
Embora se constitua em estratégia própria, ela também fortalece as demais de competitividade e inclusão social.

Trata-se de fortalecer uma rede de cidades distribuídas em todo o território estadual, que têm recebido as maiores imigrações urbanas na última década, confirmando a sua atratividade socioeconômica sobre o restante do território estadual. Nessa rede devem ser incentivadas as localizações industriais e os serviços mais complexos de apoio a ela, além de

terciários mais sofisticados e aqueles que agreguem escalas às demandas dos seus espaços polarizados. Por exemplo, plataformas terrestres que captem e consolidem cargas, diminuindo custos de transportes e favorecendo exportações, ou tecnologias de acesso a informações ou, ainda, aeroportos que viabilizem turismo e transportes de cargas de alto valor agregado.

Foram selecionadas 60 cidades no Estado, que hoje já apresentam base diversificada em indústria e serviços, apresentam taxas de crescimento populacional altas ou estáveis, e polarizam as demais cidades menos complexas e áreas de seu *hinterland*, como registra a **Figura III-9**.

Figura III-9 – Polarização da Rede de Cidades a Fortalecer no RS



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

O objetivo desta estratégia é o de fortalecer as 60 cidades selecionadas no Estado, com ações de inclusão social, que tornem seus recursos humanos capacitados, com ações de saúde e saneamento básico, que as tornem atrativas para moradia e lazer, com ações de fortalecimento de serviços, tais como de transportes, apoios industriais e tecnologia de informações.

Estratégia 3 – Inclusão Social

A inclusão social nas cidades médias já foi considerada na Estratégia 2. No entanto, muitas das ações sociais para toda a população do Rio Grande do Sul – urbanas e rurais – são direitos constitucionais assegurados – tal como educação básica e saúde.

Esta estratégia visa complementar as necessidades sociais para além daquelas privilegiadas para as cidades médias, atingindo o atendimento a toda a população do RS, reduzindo as distâncias existentes entre as pessoas do Estado em termos de renda per capita, acesso a serviços públicos de educação e saúde, atendimento de infra-estrutura, etc. Este suprimento contínuo, ou ação continuada, deverá se estender para além dos prazos do ano horizonte deste estudo, 2015.

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta indicadores sociais e regionais melhores do que aqueles observados para o País como um todo. Todavia, como revelaram as análises realizadas neste estudo, a distribuição dos indicadores varia significativamente entre as regiões. Mesmo entre pessoas, em que pesem números médios interessantes, há uma disparidade que precisa ser eliminada. Como dito anteriormente, a par dos aspectos humanos, éticos e morais envolvidos, que por si só justificariam uma estratégia nesse sentido, a competitividade futura do Estado também pode ser prejudicada caso esses aspectos não sejam resolvidos.

Do ponto de vista regional, não apenas algumas áreas extensas do Estado apresentam níveis de produção e emprego insuficientes, como exibem níveis de renda per capita e outros indicadores sociais substantivamente menores do que a média estadual. Mais do que isso, a dinâmica econômica dessas regiões tem sido insuficiente para removê-las dessa condição, o que acrescenta ao aspecto pobreza relativa a dimensão de estagnação, significando nível posterior de pobreza relativa ainda maior.

Na área social o objetivo é elevar os indicadores sociais aos atuais níveis médios estaduais, nas áreas educacional, de saúde, de acesso a serviços públicos etc.

Estratégia 4 – Conservação do Potencial Ambiental

Esta estratégia visa manter o capital ambiental do Estado, tanto nos seus aspectos físicos quanto no aproveitamento e desenvolvimento da consciência ambiental da sociedade gaúcha. Envolve a ampliação da inteligência ambiental, no sentido de avaliar com maior consistência e agilidade as conseqüências presentes e futuras de cada iniciativa.

Trata-se não apenas de promover a preservação do meio ambiente no território do Estado, mas de utilizar as aptidões naturais em favor do desenvolvimento. Aspectos como estruturas de macrosaneamento desempenham esse papel, na medida em que preservam o ambiente e simultaneamente criam vantagens competitivas para a atração de atividades com interesse ambiental, como o turismo, por exemplo.

A competitividade do Estado no futuro depende de um meio ambiente saudável e que favoreça o crescimento econômico. É nessa medida que a preservação no presente, em que pese impor restrições ao crescimento de algumas atividades na forma em que atualmente se desenvolvem, significa uma capitalização desse potencial no futuro. Encarado em perspectiva de médio e longo prazo, dilapidar o ambiente hoje significa reduzir o potencial de crescimento econômico no futuro.

Para algumas atividades essa preocupação é fundamental, como é o caso do arroz, intensivo no uso da água. Esse recurso escasso e frágil precisa receber atenção para que no futuro se possa reproduzir e aumentar a produção desse importante produto para o Estado e, notadamente, para as parcelas mais pobres de seu território. Na área do turismo, que assume papel estratégico no desenvolvimento de algumas regiões, como a Serra e o Litoral, preservar o ambiente significa investir no futuro.

Evidentemente há necessidade de contrabalançar os interesses das gerações presente e futura, na medida em que existe um potencial dilema intertemporal envolvido. Nem se pode entregar tudo às gerações de hoje, porque isso significaria comprometer as possibilidades das gerações futuras, nem se pode obstruir cegamente o uso dos recursos no presente em nome de um futuro pouco conhecido.

O estudo constatou que as limitações nessa área, tanto em termos de procrastinações de decisões importantes, como em termos de instabilidade regulatória, aspectos esses que interferem nos processos de decisão de investimentos fundamentais para ampliar a capacidade produtiva do Estado, assim como para melhorar seus níveis de produtividade. O caso do uso da água para irrigação em escala compatível com atividades agrícolas comerciais é um exemplo disso.

Nesse sentido, é fundamental desenvolver mecanismos institucionais de análise que gerem decisões consistentes tecnicamente e que o façam em processo e ritmo compatíveis com o processo decisório.

Esse processo demanda investimentos em informação e conhecimento específicos da área, gerando pessoal qualificado para dar conta da complexidade dos temas envolvidos em cada caso, assim como na ampliação dos quadros técnicos envolvidos no processo de análise e decisão. A incerteza quanto à estabilidade do marco regulatório pode ser reduzida com mais conhecimento e mais recursos devotados ao processo de análise e decisão.

O objetivo relaciona-se à definição de regras mais claras e objetivas sobre as possibi-

lidades de uso do capital ambiental, assim como ao aparelhamento dos órgãos ambientais com recursos humanos qualificados e estudos básicos que permitam processos decisórios mais ágeis e decisões mais consistentes do que ocorre no cenário atual.

Estratégia 5 – Estrutura de Governança Moderna e Participativa

O Estado organiza-se de maneira tradicional, administrativamente falando, enquanto a sociedade, com suas regiões em destaque, apresentam criatividade e modernidade que avançam mais rápido do que aquela estrutura pode acompanhar. Idêntica observação pode ser feita para as administrações municipais. Essas estruturas antiquadas e fragmentadas agem muitas vezes como obstáculo ao aparecimento, encaminhamento, discussão e decisão das várias propostas emanadas da sociedade. Mais importante, não constituem campo fértil para o aparecimento e processamento de novas iniciativas.

Trata-se pois de cuidar para que se reorganizem as variadas instituições envolvidas na geração e acompanhamento de iniciativas, de modo a promover uma maior fertilidade, efetividade e consequência nas ações.

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta rico capital social, pleno de iniciativas locais, regionais, setoriais etc. Se a sociedade apresenta essa riqueza, a estrutura organizacional do setor público em geral assume traços semelhantes à de outros estados. Observa-se que o conjunto de iniciativas de toda sorte, inclusive internamente aos departamentos da administração estadual, acaba gerando uma certa ineficiência, no sentido de duplicação e superposição, deixando de potencializar os benefícios do capital social ampliado à disposição.

Assim, é fundamental aperfeiçoar a estrutura de governança existente, nos seus variados níveis. Internamente ao governo estadual, é necessário definir claramente o papel e as responsabilidades das diferentes instâncias, evitando assim as superposições e as indefinições de jurisdição. É importante criar as condições para que aumente a interação entre os vários órgãos envolvidos em cada situação, apresentando-se mecanismos de decisão que sejam, a um só tempo, ágeis e consistentes. A interlocução da administração estadual com as regiões, vale dizer, COREDEs e municípios, deve ser feita de modo eficaz, sem prejuízo das autonomias dos órgãos setoriais, mas com uma visão de conjunto e unidade. As propostas de Regiões de planejamento deverão atuar como “câmaras” regionais intersetoriais, com autoridade e responsabilidade para a consideração inicial, encaminhamento e acompanhamento dos assuntos junto à administração estadual regionalizada.

Essa modernização deve envolver a articulação e a coordenação das várias instituições envolvidas, tanto setorial quanto regionalmente. Observa-se em cada região um conjunto de iniciativas relevantes dispersas, algumas das quais não alcançam a administração estadual, outras a penetrando por vários e conflitantes caminhos. A interlocução entre governo estadual e as regiões e municípios deve potencializar essas iniciativas, coordenar e encami-

nhar as propostas e criar caminhos para sua consideração e eventual apoio.

A mais importante dimensão desse processo de modernização deve ser a capitalização das iniciativas já existentes, como os COREDEs, a Consulta Popular e os Comudes, e ampliação para outras instituições relevantes para o desenvolvimento do Estado e para regiões específicas, como o SEBRAE, o SENAI, as Agências de Desenvolvimento e as universidades, entre outras.

Nessa área os objetivos envolvem:

- A criação de instâncias regionais de interlocução do governo estadual com as formas organizadas de expressão regional e municipal;
- A racionalização da operação das estruturas estaduais de administração, de modo a diminuir os conflitos e ineficiências e promover maior estabilidade institucional.
- A pactuação de planos estratégicos regionais entre governo e agentes sociais;
- A contínua capacitação dos agentes intervenientes no Planejamento Regional.

Estratégia 6 – Planos Regionais para Desenvolvimento e Superação de Desigualdades Pactuados

Um dos objetivos do estudo RumoS 2015 é justamente o de superar desigualdades regionais, a par da manutenção da competitividade estadual. Para isso mergulhou-se em todas as nove regiões em que o Estado foi subdividido, buscando captar suas potencialidades socioeconômicas e ambientais para alavancar o desenvolvimento, em bases reais. Foram então definidas visões regionais – ou seja, o papel que as regiões podem exercer no contexto socioeconômico e ambiental gaúcho – e que serão os macro-objetivos a perseguir no seu desenvolvimento, tanto pelo governo como pelo capital social nelas existentes.

Para que essa visão se concretize, foram definidas as estratégias regionais, discutidas em todas as regiões que, para sua implementação, necessitam programas e projetos estruturados de acordo com a programação orçamentária estadual.

Com esses Planos Estratégicos Regionais, formados de estratégias, programas e projetos, que surgiram e se embasam em uma extensa etapa anterior de avaliação diagnóstica das regiões, alcança-se uma programação abrangente a ser perseguida pelas regiões, que o Estado e o capital social de cada uma delas poderão conjuntamente se empenhar na busca de parceiros e de recursos para sua implementação.

Estes Planos, de um lado, constituem-se na base preliminar para que o Estado e o capital social regional possam discutir e pactuar um “compromisso de plano” visando perseguir sua implementação a curto, médio e longo prazo.

De outro lado, esses Planos Regionais são coerentes, compatíveis e correspondentes às estratégias, Programas e Projetos definidos no âmbito do Estado, de modo que, não só o

capital social regional se mobilize para implementá-los, como também, toda a estrutura estadual governamental caminhe na mesma direção.

Assim, duas vertentes principais e concomitantes se abrem para a implementação das propostas contidas no Plano Estadual e Planos Regionais:

- A discussão e aprimoramento dos Planos Regionais com o capital social das regiões, na busca do estabelecimento de um “compromisso” de ação que direcione ambos rumo aos objetivos, estratégias e projetos definidos;
- A discussão com as estruturas setoriais do Estado, de modo a que voltem suas atuações na direção desses “compromissos” assumidos com o capital social regional.

O objetivo desta estratégia é a redução das desigualdades regionais que, com a implementação dos Planos Estadual e Regionais, poderão alcançar os valores registrados na **Tabela III-6**.

Tabela III-6 – Estimativas de Diminuição das Desigualdades Regionais – PIB Anual Regional per Capita

RF	PIB per capita (R\$)			
	2003 (Tendencial)	2007 (Tendencial)	2011 (Tendencial)	2015 (Tendencial)
1	12.284,00	13.744,00	15.290,00	16.983,00
2	15.062,00	16.982,00	18.797,00	20.911,00
3	16.059,00	18.068,00	20.047,00	22.187,00
4	6.690,00	7.155,00	7.632,00	8.086,00
5	8.711,00	10.022,00	11.515,00	13.106,00
6	8.845,00	9.842,00	10.848,00	12.058,00
7	10.516,00	12.237,00	14.041,00	16.376,00
8	8.655,00	10.317,00	11.919,00	13.845,00
9	11.023,00	12.542,00	14.168,00	16.175,00

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

III.2.1. Plano Estratégico para o Estado: Programas e Projetos

Para atingir os objetivos propostos, foi elaborado um conjunto de programas e projetos sinérgicos.

Os Programas e Projetos propostos para o RS, como forma de implementar as estratégias delineadas para o Estado, se rebatem diferentemente nas várias regiões ou espaços em que se divide seu território, pois as características socioeconômicas e ambientais diversas dessas regiões exigem maior ou menor empenho de cada projeto.

Assim, cada um dos Programas e Projetos definidos tem ênfases diferentes nas regiões, de acordo com suas características identificadas na etapa de avaliação, nas várias dimensões do estudo: econômicas, de infra-estruturas, sociais, ambientais, de informação e conhecimento e político-institucional.

III.2.1.1. Programas e Projetos para a Estratégia 1 – Aumento da Competitividade Estadual

As ações recomendadas para o aumento da competitividade estadual, fomentando ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico e a redução de desigualdades regionais e pessoais, passa por ações no âmbito de estímulos econômicos, de desenvolvimento de informação e conhecimento, de suprimento de infra-estruturas e de meio ambiente, estas tratadas mais especificamente na Estratégia 4.

A **Figura III-10** registra o conjunto desses projetos e ações, nos vários âmbitos.

Figura III-10 – Programas e Projetos para a Estratégia de Aumento da Competitividade Estadual



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

No programa Estímulos Econômicos, os vários projetos buscam, por um lado, a redistribuição dos recursos de incentivos, especialmente o FUNDOPEM, e dos financiamentos internos e externos e, de outro lado, aumentar a capacidade regional para empreender e competir. O **Quadro III-4** mostra os oito projetos propostos pelo programa.

Quadro III-4 – Projetos do Programa Estímulos Econômicos

Projeto	Descrição
Incentivos a Segmentos Promissores nas Regiões	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Reordenamento da estrutura de incentivos (FUNDOPEM) - atualmente, concentrada nos eixos mais dinâmicos da economia gaúcha. ▶ Incorporação de indicadores setoriais de aplicação dos recursos à pontuação considerada para distribuição - fomento a setores promissores.
Incentivos a Segmentos Promissores nas Regiões Menos Dinâmicas do Estado	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Concessão de incentivos a segmentos promissores nos 14 COREDEs considerados os menos desenvolvidos do Estado pelo Banco Mundial (G 14) ▶ Recursos da linha de Fomento à Competitividade do Programa de Redução das Desigualdades Regionais do Banco Mundial
Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Incorporação de critérios espaciais às políticas de incentivo setoriais dos principais órgãos de fomento - atualmente concentradas nas áreas mais desenvolvidas ▶ Condições creditícias mais favoráveis quanto maior a distância em relação ao eixo Porto Alegre - Caxias
Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada a Financiamentos Agropecuários	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Acoplamento de assistência técnica efetiva aos critérios de concessão de financiamentos rurais - objetivo: elevação dos valores médios dos contratos, com fortalecimento de condições para reconversão de plantios ou rebanhos ▶ Ampliação das linhas de financiamento existentes
Inteligência Competitiva	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Criação de células de vigília de mercados nas Rfs, vinculadas a um Sistema Estadual de Inteligência Competitiva ▶ Função: observação sistemática de mercados, produtos e tecnologias críticas para as RFs, e disseminação das informações aos empreendedores / produtores atuantes nos segmentos selecionados.
Suporte ao Empreendedor	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Ações específicas de desenvolvimento do integração de ações com o SEBRAE, projetos de fomento e capacitação ao empreendedor (financiamento via consórcios), consolidação da rede de incubadoras no RS e programa de Casas de Negócios (centralização de informações e serviços de apoio visando maior atração de investimentos)
Eficiência Coletiva - Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Cooperativas e Associações - gestão e desenvolvimento para atuação junto a empresas e à extensa base de pequenos produtores (busca de escalas via ações coletivas, chegando a níveis mais competitivos de eficiência) ▶ Consórcios e Redes - ações de empresas dentro de suas cadeias produtivas, tornando mais competitivas algumas funções de seus negócios
Apoio à Exportação	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Desenvolvimento de uma entidade que execute e apóie o desenvolvimento e implementação de projetos gaúchos de exportação - busca a superação do desafio da sustentabilidade do processo de internacionalização do RS

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

No programa Suprimento de Infra-Estrutura de Apoio, destacam-se os projetos de logística de transportes, além das intervenções propostas na área da energia, da telefonia e da transmissão de dados. Os **Quadros III-5 a III-7** apresentam os projetos previstos por este programa.

Quadro III-5 – Projetos do Sub-Programa de Transportes

Projeto	Descrição
Grandes Eixos de Escoamento da Produção e Exportações	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Condições para escoamento de produções agropecuárias e industriais no Estado, rumo a centros consumidores, seja no próprio Estado, outras regiões do País e exportações pelo Porto do Rio Grande, reduzindo custos de transportes e produção ▶ Rodovias, ferrovias, hidrovias e portos de grande capacidade, distribuídas pelas diversas RFs
Integração com Mercosul e Outras Fronteiras	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Ampliar a integração com o Mercosul nas fronteiras físicas com Argentina e Uruguai, permitindo o escoamento de produções para esses mercados e os demais do continente sul-americano, com menores tempos e custos ▶ Rodovias, pontes e plataformas terrestres
Eixos de Integração Inter-Regional	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Integrar as diversas regiões do RS, possibilitando trocas comerciais e de serviços ▶ Basicamente trechos de rodovias interregionais, distribuídas pelas regiões do Estado
Eixos Internos de Integração Regional	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Integrar internamente as diversas regiões do RS, internamente, possibilitando as trocas comerciais e de serviços entre os municípios constituintes ▶ Basicamente rodovias distribuídas pelas regiões do Estado
Eixos de Incorporação de Áreas Produtivas	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Algumas regiões do Rio Grande do Sul têm fracas interligações com o restante da malha viária estadual, deixando grandes áreas à margem da integração produtiva com a base agropecuária dominante ou potencial ▶ Porções ao norte dos COREDEs Hortênsias (RF3), Nordeste (RF9), Campanha e Fronteira Oeste (RF6) e Alto Jacuí (Rf8)
Acessos Capilares a Municípios	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Acesso asfaltado às sedes municipais, como forma de ampliar a acessibilidade da população a serviços mais diversificados em centros urbanos de maior porte e escoamento de produções ▶ Priorizados em conjunto com o indicador: custo per capita (em relação à população beneficiada).
Upgrade em Armazenamento	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Atendimento das demandas projetadas em função da ampliação da produção e produtividade esperada no RS, especialmente para grãos ▶ Melhoria e/ou ampliação da capacidade de armazenagem no Estado

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Quadro III-6 – Projetos do Sub-Programa de Energia

Projeto	Descrição
Fomento à produção de Bioenergia	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Alternativas de combustíveis vinculada ao aproveitamento das potencialidades do Estado ▶ Fortalecimento do PROBIODIESEL-RS - programa estadual dedicado ao desenvolvimento técnico científico para produção de biodiesel visando substituição parcial do petróleo <ul style="list-style-type: none"> - Benefícios ambientais - Vantagens econômicas (ex: Redução da dependência externa de petróleo) - Alinhamento a legislações ambientais modernas (ex: protocolo de Kyoto) ▶ Conseqüentemente, serão gerados estímulos à produção das oleaginosas que geram o Biodiesel (Rfs 7, 8 e 9 - Está já com uma unidade instalada)
Superação em Gargalos em Linhas de Transmissão	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Várias RFs(1,3,6,7,8 e 9) apresentam gargalos em linhas de transmissão - potencial restrição sobretudo ao desenvolvimento das atividades industriais nestas Rfs ▶ Com o crescimento da população e da economia, novos gargalos podem surgir - necessidade de um planejamento de longo prazo associado às tendências de crescimento (eliminação de risco futuro) ▶ Propostas alinhadas com o Plano Indicativo de Expansão de Transmissão da Região Sul (elaborado por órgão governamental competente), englobando investimentos em Linhas de Transmissão, Subestações e Transformadores de Fronteira
Melhoria das Condições Operacionais do Suprimento	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Em algumas áreas do Estado, os indicadores de falhas na transmissão têm ultrapassado os limites determinados pela ANEEL - problemas de qualidade no fornecimento ▶ Para a resolução desta questão, além dos investimentos em linhas de transmissão acima destacados, propõe-se agilização nos processos de fiscalização e definição de penalidades associadas a esta questão <ul style="list-style-type: none"> - Revisão das instâncias de decisão - Ampliação no conjunto de indicadores fiscalizados
Universalização do Suprimento Rural (Luz para Todos)	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Programa do Governo Federal para superação da exclusão energética - foco no meio rural (80% dos domicílios brasileiros sem acesso à energia elétrica) ▶ Fator de impulso à modernização da produção agropecuária e melhoria das condições de vida da população - exemplos: <ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das condições de saúde (possibilidade de instalação de serviços de saúde, etc) - Dinamização de economias locais (Viabilização de novas atividades econômicas - refrigeração de carnes, leite, moagem de grãos com utilização de máquinas elétricas, etc.) - Incentivo à fixação de moradias nas áreas rurais - redução do êxodo ▶ Representa antecipação das metas de universalização das Concessionárias - 100% dos domicílios rurais do RS estarão atendidos até 2006 ▶ Participação majoritária do Governo Federal no investimento requerido.
Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Muitas das estratégias desenvolvidas no estudo apóiam-se no aumento de produtividade em certas culturas de no fortalecimento do papel do pequeno produtor rural ▶ Gargalo potencial: falta de redes de energia no meio rural capazes de suportar a utilização de máquinas agrícolas ▶ O projeto visa eliminar este gargalo via execução de projetos de reforço de redes de energia elétrica que possibilitem a ligação de máquinas agrícolas nas propriedades rurais que, hoje, não sejam atendidas por estruturas que o permitam (substituição de redes monofásicas por trifásicas)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Quadro III-7 – Projetos do Sub-Programa de Telecomunicações

Projeto	Descrição
Suprimento Regional de Linhas de Transmissão de Dados de Alta Capacidade	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Linhas de Transmissão de dados representam insumos imprescindíveis para empresas de qualquer porte - a falta de cobertura adequada conforme relevante fator inibidor para o desenvolvimento empresarial ▶ Situação Atual: <ul style="list-style-type: none"> - Estoque de cabeamento com baixa utilização em relação ao potencial - Informação desestruturada acerca deste estoque (localização, propriedade, condições de uso, etc.) - Não há um arcabouço institucional que apóie adequadamente a expansão do sistema - Redes de dados de pesquisa: pontos de presença de RNP (Rede Nacional de Pesquisa - Rede Tchê) atingindo diversas cidades do Estado - uso comercial altamente restrito <p>Solução de natureza político-institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estruturação e realização de mapeamento completo de capacidade instalada e controle dos níveis de utilização, com a criação de comitê para gerenciamento e planejamento das estruturas - Consolidação de legislação estadual que regulamente práticas de mercado largamente utilizadas em outros países e mesmo estados brasileiros - Alterações na regulamentação referente à utilização e participação do Governo Estadual na Rede Tchê
Universalização da Telefonia Rural	<ul style="list-style-type: none"> ▶ A inserção de produtores rurais (sobretudo pequenos) na sociedade de informações é uma das alavancas fundamentais deste estudo - altamente vinculada ao acesso a telefonia ▶ 2 ações combinadas para a expansão dos acessos: telefonia fixa e móvel ▶ Telefonia Fixa: <ul style="list-style-type: none"> - Operadores tem cumprido metas - Telefone no Campo: universalização da telefonia fixa em comunidades de até 300 habitantes (fora do escopo de metas das operadoras) - Necessidade de estudos técnicos detalhados para dimensionamento dos investimentos ▶ Telefonia Móvel: <ul style="list-style-type: none"> - Quase 1/3 do número de municípios do Estado - porém representando 5% da população: Dificuldades para equacionamento dos investimentos - Recentemente, alguns municípios têm se mobilizado no sentido de exercer alguma pressão sobre empresas para expansão dos serviços - Projeto: aporte governamental para expansão das redes às áreas não atendidas
Fortalecimento dos Centros de Difusão de Informações Tecnológicas	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Objetivo: Promoção da inserção de comunidades de produtores rurais e urbanos na sociedade de informações <ul style="list-style-type: none"> - Prospecção de clientes - Acesso a informações de novas técnicas, produtos e dados de departamentos técnicos (linhas de financiamento, programas de incentivo, oportunidades de participação em programas-piloto, etc.) ▶ Fortalecimento da rede da EMATER, com instalação de 1 centro por município - acesso à internet e sistemas de informação selecionados ▶ Centro pode assumir papel de agente catalisador para a dinamização da troca de informações entre produtores e local físico de referência para a comunidade atendida

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

No programa de Fortalecimento e Alinhamento da Informação e Conhecimento à Produção, os projetos, mostrados no **Quadro III-8**, visam ao aumento da capacidade competitiva das produções regionais, propondo ações para a formação de recursos humanos e de apoio à inovação e melhoria da qualidade das empresas gaúchas. Destaca-se a Criação de Sistema Técnico-Universitário Progressivo que busca integrar ensino profissional e ensino superior, abrindo maiores oportunidades aos estudantes de baixa renda e melhorando a capacitação dos recursos humanos para o setor produtivo. As estimativas de alunos nesse sistema são mostradas na **Tabela III-7**.

Tabela III-7 – Estimativas de Alunos para Cursos do Sistema Técnico Universitário Progressivo

(Quantidade)

RF	2006/2007	2008/2011	2012/2015	Total
1	5.354	10.708	10.708	26.770
2	905	1.809	1.809	4.523
3	1.230	2.460	2.460	6.150
4	333	667	667	1.667
5	1.069	2.138	2.138	5.345
6	982	1.964	1.964	4.910
7	960	1.921	1.921	4.802
8	1.025	2.049	2.049	5.123
9	1.342	2.684	2.684	6.710
Total	13.200	26.400	26.400	66.000

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Quadro III-8 – Projetos do Programa de Fortalecimento e Alinhamento da Informação e Conhecimento à Produção

Projeto	Descrição
Suprimento Regional de Linhas de Transmissão de Dados de Alta Capacidade	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Replicação do modelo das FATECs/ETEs, em São Paulo - adequação constante de currículos em função das demandas dos setores produtivos estaduais ▶ Integração de currículos entre as escolas técnicas e Instituições de Ensino Superior (UERGS) ▶ Criação de Sistema Dinâmico de Capacitação Técnica/Profissional (complementariedade entre instituições e entre ensino formal e qualificação profissional) - cursos sem regulamentação curricular para requalificação de profissionais, com alinhamento às demandas dos setores produtivos ▶ Possibilidade de montagem de cursos específicos de acordo com a dinâmica econômica regional
Gestão Integrada de Pesquisas Regionais	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Macro-planejamento estratégico dos investimentos em pesquisa, que permeie todas as instituições de apoio científico e tecnológico <ul style="list-style-type: none"> - Evitar pulverização de recursos e agilizar os tempos de desenvolvimento ▶ Principais Vertentes: <ul style="list-style-type: none"> - Aumento de investimento em P&D através da FAPERGS - principal órgão estadual de fomento à pesquisa - Investimento em pólos tecnológicos (SCT) - grande aderência às necessidades de desenvolvimento de projetos e capacitações nas RFs, com um capital social (relações entre instituições e Estado) importante - Apoio à pesquisa para empresas de base tecnológica e projetos cooperativos - solução de gargalos estruturais em cadeias produtivas (Ex. demora para atendimento a necessidades de aclimatação de cultivares, desalinhamento entre pesquisa acadêmica e demanda da iniciativa privada) - Criação de programa Pull de pesquisa e inovação - premiação para resultados positivos, em vez do tradicional financiamento à pesquisa. - Ações específicas nas Regiões Funcionais - alinhamento com segmentos promissores previamente analisados e discutidos
Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Necessidade de combate à situação de Assimetria Informacional hoje presente no Estado <ul style="list-style-type: none"> - Acesso privilegiado a informações de mercado e tecnologia às grandes empresas e grandes produtores rurais - Barreiras na difusão da pesquisa tecnológica das Universidades ao setor produtivo ▶ Projeto: Sistematização de informações de melhores práticas nos segmentos dominantes da economia gaúcha alimentação dos sistemas acessados via Centros de Informação Municipais (previamente discutidos) ▶ Linhas de ação: <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Informações de Mercados e Safras Futuras - informação a produtores para decisões de investimento (definição da cultura, estoques nacionais e internacionais, tendências de preços, etc.) - Sistema de Informações de Pesquisas Tecnológicas e Melhores Práticas - aumento da eficiência da produção primária através da divulgação técnica de informações sobre cultivares, técnicas de plantio e manejo ▶ Ações específicas nas Regiões Funcionais - alinhamento com segmentos promissores previamente analisados e discutidos
Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Objetivo: proteção da propriedade intelectual das PMEs e ICTs (tendem a não compreender a relevância deste tópico e ser desprovidas de capacitação ou recursos para realizar uma adequada estratégia nesta área) via: <ul style="list-style-type: none"> - Criação de rede de organização para apoio em todas as etapas do processo - Implantação de mecanismos de apoio ao patenteamento no exterior (fundo de risco) ▶ Questão relevante para um melhor posicionamento das empresas gaúchas nas respectivas cadeias de valor (alinhada à construção de marcas e segurança para atuação em mercados internacionais)
Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Realização de ações de difusão da qualidade e da importância da inovação para o crescimento das empresas ▶ Fortalecimento dos procedimentos para obtenção de certificação de qualidade ▶ Parceria com o PGQP - Instituição relevante frente à matriz produtiva, com grande capacidade de mobilização dos agentes que integram a estrutura econômica, política e social do Estado

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Já no programa Capitalização do Meio Ambiente Rural (**Quadro III-9**), são propostos projetos que visam equacionar a questão do uso e da disponibilidade de água para uso agrícola. Também são propostos projetos para o aumento da disponibilidade de mudas de qualidade e, ainda, outros que buscam capacitar as instituições estaduais, por meio do fortalecimento dos órgãos ambientais e de controle agropecuário e da definição de marcos regulatórios adequados às atividades emergentes, especialmente a silvicultura. Destaca-se o projeto Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais, que se destina a implantar reservatórios de captação de águas pluviais em propriedades de agricultura familiar, localizadas em região de maior escassez, visando contribuir para a dessedentação de animais, irrigação em casos específicos e, sob tratamento, para uso humano em situações emergenciais. Pretende desenvolver a execução de cisternas, açudes e correlatos e redes de distribuição.

Quadro III-9 – Projetos do Programa de Capitalização do Meio Ambiente Rural

Projeto	Descrição
Fortalecimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▶ As questões ambientais vem representando entraves à competitividade econômica especialmente em três dimensões: <ul style="list-style-type: none"> - Marco regulatório para a base florestal - regras precisam ser definidas e monitoradas - Gerenciamento dos recursos hídricos - escassez vem representando perdas de produções e exige uma melhoria no sistema de controle e outorga das águas no Estado; - Licenciamentos ambientais de grandes empreendimentos - longos prazos para obtenção de licenças impõem custos adicionais ▶ Projeto: Fortalecimento e capacitação dos quadros das instituições com atuação direta sobre as questões ambientais <ul style="list-style-type: none"> - Atuação no gerenciamento, incentivos e controle destes aspectos - Adequação de capacidade do quadro técnico e gerencial dos organismos ambientais do Estado em relação às demandas efetivas de atuação nestas áreas
Monitoramento Hidrológico para Outorga e Uso da Água	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Implantação de rede de monitoramento hidrológico para controle efetivo do uso das águas <ul style="list-style-type: none"> - Controle das vazões para irrigação - Outorga e definição de demandas compatíveis com a destinação da água para abastecimento público
Sistemas de Captação, Armazenamento e Distribuição de Águas Pluviais	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Implantação de reservatórios de captação de águas pluviais em propriedades de agricultura familiar <ul style="list-style-type: none"> - Dessedentação de animais - Irrigação em casos específicos - Uso humano (desde que tratadas)
Implantação de Reservatórios para Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Visa permitir oferta constante e confiável de água, favorecendo o aumento de produtividades e a regularização das ofertas de produtos em patamares atrativos às agroindústrias ▶ Desenvolvimento de projetos para implantação de reservatórios de acumulação de águas, nas regiões com maior potencialidades para o cultivo de grãos (RFs: 7, 8 e 9)

Projeto	Descrição
Fortalecimento do Controle e Defesa Sanitária	<ul style="list-style-type: none"> ▶ O Estado atualmente se ressentir da falta de estruturas técnicas que permitam a fiscalização efetiva do trânsito de produtos agropecuários, especialmente em regiões de fronteira ▶ As principais ações vinculadas ao projeto consistem em: <ul style="list-style-type: none"> - Harmonização de ações e procedimentos entre os Estados da Federação, especialmente os da região sul - Definição de atribuições e áreas de competência entre os níveis de governo - Organização de sistema informatizado para controle e planejamento eficiente das atividades de defesa agropecuária - Desenvolvimento de normas e procedimentos de controle e inspeção sanitária, além de corredores sanitários - Implantação de postos volantes para controle de trânsito de animais - Convênios com municípios para implantação de sistemas de vigilância sanitária - Fiscalização e erradicação de viveiros clandestinos - Apoiar as iniciativas de rastreabilidade da pecuária
Implantação de Viveiros	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Setores demandantes: <ul style="list-style-type: none"> - Fruticultura / silvicultura: disponibilidade de mudas aptas às regiões para a progressiva reconversão de plantios - Recuperação de matas ciliares (melhoria da qualidade dos recursos hídricos) ▶ Projeto: Implementação e/ou fortalecimento de viveiros de frutas e silvicultura - nativas ou não - distribuídas pelo território regional em áreas acessíveis à maioria dos produtores <ul style="list-style-type: none"> - Disseminação de conhecimentos - Agilização dos processos de aclimação de cultivares
Regulamentação Ambiental da Silvicultura	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Alvo do marco regulatório: setores com prazos longos para maturação de projetos e com vínculos a questões ambientais - cadeia de base florestal é um destes setores ▶ Formato: arcabouço institucional fiscal, regulatório ou ambiental que ofereça estabilidade ao investidor, viabilizando planejamentos de longo prazo <ul style="list-style-type: none"> - Indústria florestal: exige a certeza da manutenção de um mesmo marco regulatório durante a maturação do investimento - Casos internacionais de sucesso: Peru (manutenção dos regimes tributários e de ordem cambial), Argentina (estabilidade tributária entre 30 e 50 anos) ▶ Proprietários rurais não são estimulados a manter suas áreas de reservas legais de vegetação, e não há regras claras sobre o plantio de árvores para corte <ul style="list-style-type: none"> - Ações: Alavancagem de experiências recentes do Estado (projeto FlorestaIndústria SEDAI) - Garantias tributárias - ex. imunização a quaisquer aumentos de alíquotas ou criação de impostos, tarifas e contribuições, com desoneração no caso de redução destes encargos - Integração dos diversos programas de fomento florestal no Estado - facilitação da gestão e otimização das iniciativas voltadas ao setor - Definição de instrumentos administrativos, técnicos e de zoneamento para adequação de procedimentos legais aplicáveis à silvicultura - Divulgação e esclarecimento do enquadramento ambiental incidente, evitando plantios florestais em áreas com restrição legal

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

III.2.1.2. Programas e Projetos para a Estratégia 2 – Fortalecimento da Rede de Cidades-Pólos do RS

Para fortalecer as estratégias de competitividade e inclusão social, contribuindo também para a organização territorial do Estado, uma ação mais efetiva e concentrada nos principais pólos urbanos regionais será desejável, como forma tanto de garantir a atratividade deles as atividades secundárias e terciárias, consolidando-os como uma rede urbana de padrões sócio-ambientais adequados, como, em regiões mais deprimidas, constituir-se em ações compensatórias de inclusão social da maior parcela de população dessas áreas, que se concentram nesses centros e,

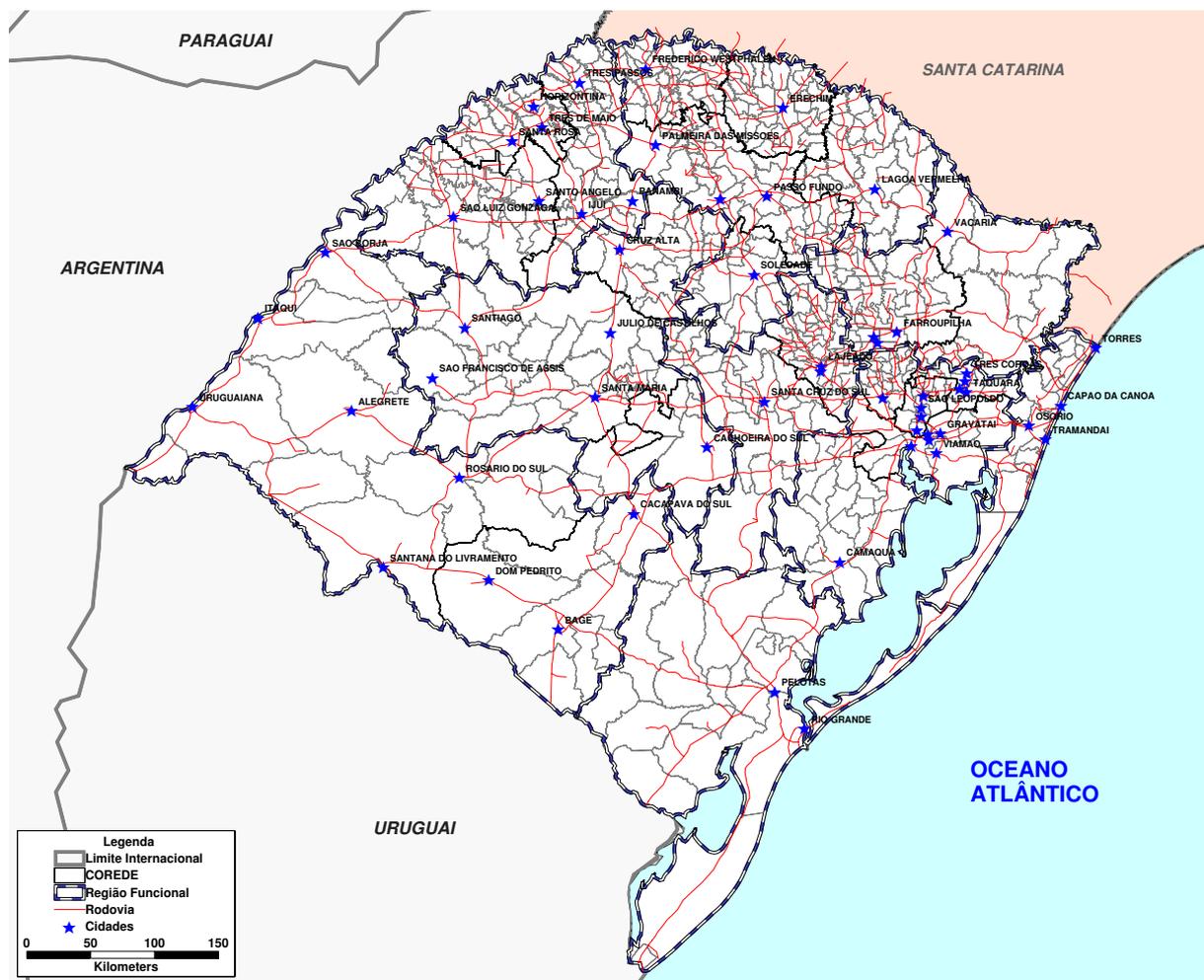
ainda, garantir que os centros urbanos com maior crescimento populacional sejam atendidos.

A par do fortalecimento do atendimento social nesses centros urbano-industriais principais, também é necessário fortalecê-los com ações que os sedimentem como pontos de logísticas de transportes, consolidando cargas de entradas e saídas de produções e possibilitando transportes para o turismo e cargas de alto valor agregado, assim como prover as áreas industriais que possam receber o setor secundário em expansão.

Finalmente, também a inserção na sociedade de informações será necessária, especialmente nesses centros principais, onde o acesso a novas tecnologias e mercados deve ser ágil e eficiente.

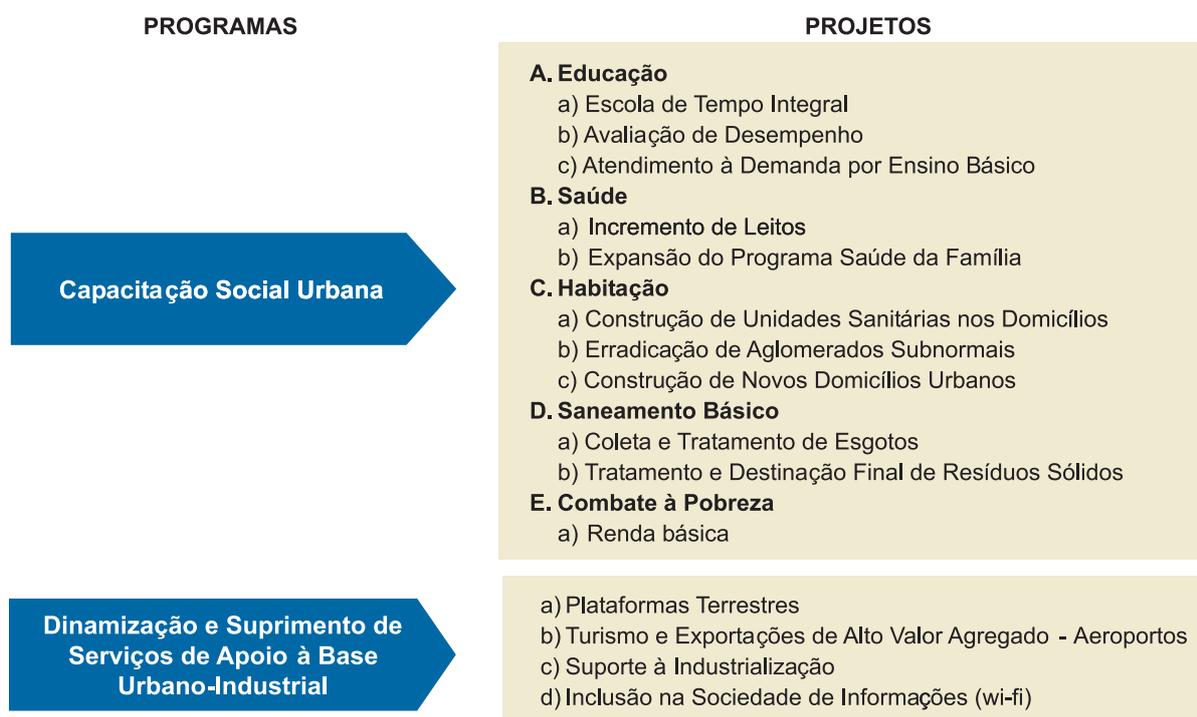
Com base nas análises feitas anteriormente, destacou-se um conjunto de 60 cidades como prioritário para as ações propostas. Essas cidades estão representadas na **Figura III-11**.

Figura III-11 – Pólos para Fortalecimento da Rede Urbana do RS



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Figura III-12 – Programas e Projetos da Estratégia de Fortalecimento da Rede de Cidades



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

No programa Capacitação Social Urbana (**Quadro III-10**), são propostos diferentes projetos que visam ao equacionamento de problemas que afetam a qualidade de vida urbana e colocam em xeque as demais estratégias de desenvolvimento. Assim, os projetos vão na direção de recuperar o déficit social, com ações voltadas à melhoria da educação, da saúde, da habitação e das condições de saneamento.

Quadro III-10 – Projetos do Programa de Capitalização Social e Urbana

Projeto	Descrição
Escola de Tempo Integral	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Extensão da jornada escolar com atividades de reforço, visando eliminar dificuldades de aprendizagem - redução das distorções série-idade e redução de tempo para percurso de cada nível de ensino ▶ Meta: atender a 50% dos alunos do ensino fundamental nos municípios pólos
Avaliação de Desempenho	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Sistema de avaliação (bi-anual) para monitoramento da eficiência das políticas de correção de fluxo escolar, verificando o desenvolvimento, por parte dos alunos, das competências necessárias para a promoção à série seguinte ▶ Válido para o ensino fundamental e médio, e realizado em amostras do corpo de alunos
Atendimento à Demanda por Ensino Básico	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Abertura de vagas no ensino fundamental e médio, atendendo às novas demandas decorrentes do crescimento populacional esperado nos pólos regionais ▶ Meta: atendimento de 100% das crianças no ensino fundamental e 80% no ensino médio
Incremento de Leitos Hospitalares	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Aumento do número de leitos hospitalares, mantendo os indicadores (leitos por habitante) nos níveis regulamentados acompanhando o crescimento populacional nos pólos regionais suporte fundamental às políticas de saúde pública
Expansão do Programa Saúde da Família	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Formação de equipes qualificadas para atenção básica à saúde nos municípios pólos, acompanhando o crescimento populacional esperado ▶ Meta: atingir um número de equipes com capacidade para atendimento de 80% da população em 2015
Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Construção de banheiros em residências desprovidas dessa estrutura, garantindo o acesso da população dos municípios pólos à moradia com qualidade e conforto ▶ Meta: eliminação de 35% do déficit existente até o ano de 2015
Substituição de Aglomerados Subnormais	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Construção de moradias para substituição de domicílios em condições inadequadas nos pólos regionais, que representam cerca de 96% das demandas totais por este tipo de intervenção no Estado ▶ Meta: diminuição de 35% das moradias inadequadas até o ano de 2015
Construção de Novos Domicílios Urbanos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Atendimento das demandas por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico, evitando o aumento do déficit atual ▶ Meta: atendimento de 35% da demanda resultante da variação do contingente populacional nos pólos urbanos selecionados
Coleta e Tratamento de Esgotos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Implantação progressiva de ligações de domicílios à rede de coleta de esgotos e estações de tratamento nos municípios pólo, eliminando 40% do déficit existente e acompanhando o crescimento populacional
Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Implantação de aterros sanitários em volumes compatíveis ao crescimento previsto da geração de resíduos nos pólos regionais, melhorando um grave problema existente: a coleta domiciliar atende cerca de 90% dos domicílios, porém a maior parte dos lixos é armazenada de maneira inadequada
Combate à Pobreza Renda Básica	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Distribuição de recursos à população do pólos urbanos, garantindo renda mensal de 1 salário mínimo às pessoas em idade produtiva com rendimentos inferiores a ¼ deste valor ou sem rendimento ▶ Visa evitar o agravamento da exclusão social sobretudo dos imigrantes sem condições imediatas de inserção no mercado de trabalho — cujo fluxo tende a aumentar em direção a estas cidades

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

O programa Dinamização e Suprimento de Serviços de Apoio à Base Urbano-Industrial, por sua vez, traz projetos voltados à melhoria das condições de competitividade das cidades.

Quadro III-11 – Projetos do Programa de Dinamização e Suprimento de Serviços de Apoio à Base Urbano-Industrial

Projeto	Descrição
Plataformas Terrestres	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Implantação de plataformas terrestres nos pólos regionais ou em suas cercanias, contribuindo para a redução dos custos de transporte, facilitando a consolidação de cargas e aumentando a segurança ▶ Fator importante de atração para novas empresas, dinamizando as bases produtivas locais ▶ Previsão de 9 plataformas no Estado, de portes variados
Turismo e Exportações de Alto Valor Agregado - Aeroportos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Construção, ampliação ou aparelhamento de estruturas aeroportuárias, acelerando o crescimento da atividade turística e conformando nova opção para escoamento de cargas (sobretudo as de baixo volume e alto valor)
Suporte à Industrialização	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Implantação progressiva de áreas (distritos) industriais nos pólos urbanos, de maneira a oferecer a estrutura necessária para o crescimento da atividade industrial— premissa na qual estão baseadas muitas das estratégias regionais de desenvolvimento econômico e aumento da competitividade
Inclusão na Sociedade de Informações	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Implantação de redes <i>wi-fi</i> nas cidades com população urbana superior a 100 mil habitantes (15 no total), permitindo a melhoria do acesso às redes de informação e acelerando a inclusão digital —suporte a programas de capacitação da população e à atividade de escolas, microempresas e centros comunitários

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Nos pólos urbanos alguns serviços podem ser estruturados por apoio governamental, especialmente os referentes a plataformas logísticas, que consolidem cargas; ao apoio ao turismo externo e transportes de cargas de alto valor agregado pelos aeroportos; pelo suporte de áreas industriais para atração dos segmentos promissores e ainda, pela tecnologia de ponta para acesso a informações e conhecimento.

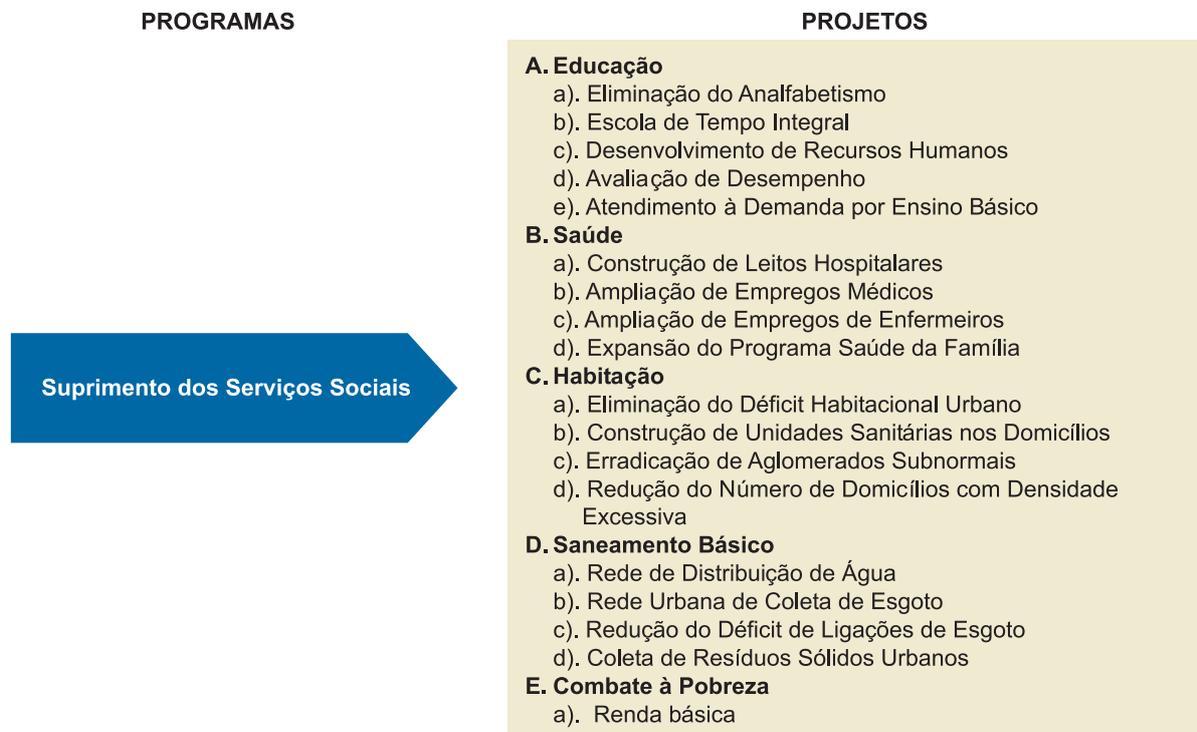
III.2.1.3. Programas e Projetos para a Estratégia 3 – Inclusão Social

Embora os programas e projetos propostos sejam de atuação rotineira e setorial do Estado, tanto a obrigação constitucional no que se refere aos atendimentos sociais, como os requerimentos de pessoal qualificado e com padrões urbanos adequados, que a crescente sofisticação industrial do Rio Grande do Sul exige, recomenda que esta seja uma estratégia fundamental para o Estado.

O alvo desses programas e projetos é o conjunto dos municípios gaúchos, excetuados aqueles 60 que são objeto da Estratégia 2.

Os programas e projetos da Estratégia 3 estão listados na **Figura III-13**, entre os quais se destaca o projeto Desenvolvimento de Recursos Humanos para a área da Educação, que prevê capacitar 300 mil profissionais até 2015.

Figura III-13 – Programas e Projetos da Estratégia de Inclusão Social



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

No programa Melhoria do Atendimento em Educação Básica, destaca-se o projeto Eliminação do Analfabetismo, que prevê levar a zero a taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais.

A análise dos dados por faixa etária confirma que a universalização do Ensino Fundamental tem empurrado o analfabetismo para as idades mais avançadas, ou seja, o problema é de estoque e não mais de fluxo. Portanto, é possível ter por objetivo eliminar o analfabetismo ainda existente em parte da população do Rio Grande do Sul.

Quadro III-12 – Projetos do Programa de Atendimento em Educação Básica

Projeto	Descrição
Eliminação do Analfabetismo	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Com a universalização do ensino básico, é a população mais idosa quem mais tem sofrido com o analfabetismo - trata-se um problema de "estoque", e não mais de fluxo ▶ Meta: erradicar o analfabetismo na população com 15 anos de idade ou mais, em todas as cidades do Estado
Escola de Tempo Integral	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Projeto semelhante ao da estratégia anterior, com foco nas cidades fora do eixo de pólos regionais (atividades de reforço escolar com extensão da jornada, visando reduzir as distorções série-idade verificadas ao longo o sistema de ensino)
Desenvolvimento de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Ações de atualização dos profissionais da área de educação (formação de gestores, apresentação de avanços nas disciplinas e novas técnicas didáticas, etc.) em todas as cidades do Estado, qualificando o pessoal responsável pela execução dos demais projetos relacionadas educação (ensino fundamental e médio)
Avaliação de Desempenho	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Realização das avaliações bi-anuais para monitoramento dos resultados das políticas de correção de fluxo escolar - projeto semelhante ao da estratégia anterior, direcionado para os municípios fora do eixo de cidades-pólo
Atendimento à Demanda por Ensino Básico	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Como será realizado para os pólos regionais, este projeto prevê a abertura de novas vagas no ensino fundamental e médio, atendendo às demandas crescentes nos demais municípios gaúchos

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Entre os projetos do programa Melhoria do Atendimento em Saúde se destaca Expansão do Programa Saúde da Família, que visa à atenção básica da saúde fora dos eixos pólos.

Quadro III-13 – Projetos do Programa de Atendimento em Saúde

Projeto	Descrição
Construção de Leitos Hospitalares	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Articulação regional para fortalecimento dos centros capazes de oferecer procedimentos complexos.
Ampliação de Empregos de Médicos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Contratação de médicos, em todos os municípios do Estado, de maneira a acompanhar o crescimento populacional esperado e manter os indicadores de número de profissionais por habitante nos padrões exigidos pelos órgãos internacionais, atingindo 10,3 empregos médicos por 10 mil habitantes (média do RS) em todos os Coredes
Ampliação de Empregos de Enfermeiros	<p>Semelhante ao projeto de contratação de médicos, envolvendo, porém, profissionais da área de enfermagem, atingindo 5,6 empregos de enfermeiros por 10 mil habitantes (média do RS) em todos os Coredes.</p>
Expansão do Programa Saúde da Família	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Formação de equipes qualificadas para atenção básica à saúde fora do eixo de cidades-pólo, com capacidade para cobertura adequada da população crescente nos níveis esperados - extensão do projeto de saúde da família da estratégia anterior. A meta é atingir 80% da população até 2015.

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Já no programa Melhoria das Condições de Habitação, ressalta-se o projeto Redução do Déficit Habitacional, que visa à construção de unidades residenciais nas zonas urbanas de forma a eliminar 35% do déficit existente até 2015.

Quadro III-14 – Projetos do Programa de Melhoria das Condições de Habitação

Projeto	Descrição
Redução do déficit habitacional urbano	▶ Atendimento de 35% da demanda por habitação das novas famílias.
Construção de unidades sanitárias	▶ Construção de sanitários em domicílios desprovidos desta estrutura, com atendimento de 35% da demanda até 2015.
Urbanização de aglomerados subnormais	▶ Substituição de 35% das moradias inadequadas até 2015.
Redução do número de domicílios com densidade excessiva	▶ Redução para 17,5% do número atual, por meio de construção ou reformas de moradias.
Eliminação do Déficit Habitacional Urbano	▶ Atendimento à demanda por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico nos municípios fora do eixo de pólos regionais - sobretudo aquelas com renda mensal igual ou inferior a 5 salários mínimos
Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios	▶ Construção de banheiros em residências desprovidas desta estrutura, fora do eixo de cidades-pólo (semelhante ao projeto de construção de banheiros da estratégia anterior)
Erradicação de Aglomerado Subnormais	▶ Substituição total das moradias construídas em condições inadequadas, nos municípios fora do eixo de pólos regionais - extensão do projeto realizado para aquelas cidades
Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva	▶ Ampliação física dos domicílios com densidade superior a 3 moradores por cômodo, garantindo melhores condições de vida as famílias em todas as cidades do Estado (visa reduzir 50% do déficit atual)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

O projeto Rede de Distribuição de Água, do programa Ampliação do Atendimento por Saneamento Básico, complementa o citado por último, já que prevê a ampliação da rede para atender aos novos domicílios urbanos decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e do crescimento demográfico.

Quadro III-15 – Projetos do Programa de Ampliação do Atendimento em Saneamento Básico

Projeto	Descrição
Rede de Distribuição de Água	▶ Ampliação da rede de distribuição de água nos municípios do Estado, provendo ligações aos novos domicílios decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e crescimento demográfico
Rede Urbana de Coleta de Esgotos	▶ Ampliação do número de ligações de domicílios à rede de coleta de esgoto nos municípios fora do eixo cidades-pólo, cobrindo as demandas decorrentes das reduções do déficit em habitação e aumento populacional
Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	▶ Ampliação dos roteiros de coleta de lixo nos municípios fora do eixo de cidades-pólo, englobando os novos domicílios construídos para redução do déficit habitacional e também aqueles decorrentes do crescimento da população

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Finalmente o programa Combate à Pobreza é composto de apenas um projeto denominado Renda Básica, que prevê transferências voluntárias a pessoas abaixo da linha de pobreza, de modo a complementar sua renda até um salário mínimo per capita.

Quadro III-16 – Projetos do Programa de Combate à Pobreza

Projeto	Descrição
Renda Básica	► Distribuição de recurso à população dos pólos dos municípios fora do eixo dos pólos, garantindo piso de renda mensal de 1 salário mínimo às pessoas em idade produtiva e que tenham rendimentos inferiores a 1/4 desse valor, ou não tenham rendimento (semelhante ao projeto a ser desenvolvido nos pólos regionais)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

III.2.1.4. Programas e Projetos para a Estratégia 4 – Manutenção do Potencial Ambiental

Um conjunto de problemas ambientais que podem restringir produções agropecuárias e diminuir suas competitividades, assim como ampliar impactos urbanos em centros industriais, tornando-os menos atrativos a esses usos; e o esgotamento da diversidade biológica, que favorece o combate natural de doenças e pragas, está a exigir ações que, ao mesmo tempo em que potencializem o meio ambiente para seu uso econômico sustentável, mantenham essa base natural de recursos.

A potencialização do meio ambiente para seu uso econômico sustentável deve prever propostas de ações concentradas em três grandes eixos de planejamento, gestão e implementação:

- Nos centros urbano-industriais, o crescimento acelerado da população vem causando problemas de ocupação de áreas de risco, assim como destinações crescentemente volumosas de esgotos e resíduos domiciliares e industriais sem tratamento nos cursos d'água, ampliando a poluição dos recursos hídricos e tornando esses centros menos atrativos à localização industrial diferenciada, cuja mão de obra capacitada, requer padrões urbanos adequados.
- Gestão Ambiental Rural
- Apoio ao Planejamento e Gestão de Recursos Naturais
- Conservação Ambiental

Esses programas e seus projetos específicos (**Figura III-14**) foram estruturados considerando, também, as oportunidades de investimento nacional e internacional (Banco Mundial, BIRD, BID, PNUD, OGU entre outros).

Figura III-14 – Programas e Projetos para a Estratégia de Manutenção do Potencial Ambiental



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

No programa Gestão Ambiental Rural, os projetos propõem soluções para o uso sustentável de recursos ambientais sem afetar a eficiência das produções implicadas. Por exemplo, o projeto Plantio Eficiente no Uso da Água para Arroz Irrigado propõe a diminuição da demanda de água para a irrigação, através da incorporação de tecnologias que aumentem a eficiência com relação à demanda da água no sistema de cultivo do arroz irrigado.

Quadro III-17 – Projetos do Programa de Gestão Ambiental Rural

Projeto	Descrição
Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado	<ul style="list-style-type: none"> ▶ As regiões de cultivo de arroz irrigado no Estado possuem baixa disponibilidade hídrica, ocasionando problemas de abastecimento no período de estiagem ▶ O projeto prevê a implantação de sistemas mais eficientes no uso da água para irrigação - sobretudo na cultura do arroz, diminuindo a demanda de água
Destinação Adequada de Resíduos de Arroz	<ul style="list-style-type: none"> ▶ O beneficiamento do arroz gera grandes cargas de cascas, que, embora com potencial de aproveitamento em várias áreas, são, na maioria dos casos, incineradas ou descartadas em fundos de lagos e rios - estas práticas possuem impactos ambientais significativos ▶ O projeto prevê a capacitação e aparelhamento dos produtores para reutilização adequada destes subprodutos, incentivando também o direcionamento das cascas para utilização em usinas termelétricas ou em outras alternativas de geração de bioenergia (há um grande número de casos de sucesso neste sentido)
Melhorias Tecnológicas para Destinação de Dejetos de Origem Animal	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Em várias regiões do Estado, a criação de animais realizada próxima a cursos d'água - fomento a estas atividades ocasionar crescimento das quantidades de efluentes, que, sem destinação adequada, podem tornar-se causadores de poluição dos recursos hídricos ▶ Este projeto prevê a implantação e acompanhamento de programas de melhorias tecnológicas em sistemas de destinação de dejetos e incentivos à reciclagem (transformação em fertilizantes), com capacitação dos produtores para o manejo adequado destes resíduos ▶ As iniciativas são relevantes também para estabelecer os padrões sanitários exigidos por compradores internacionais de produtos animais, melhorando as possibilidades competitivas do produto gaúcho
Incentivos Produção Agroecológica	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fomento à expansão da produção agroecológica, com introdução de novas tecnologias e bons resultados em termos de produtividade este tipo de agricultura prevê, por exemplo, redução significativa no uso de agroquímicos, ocasionando menor impacto ambiental, e agrega valor aos produtos, potencializando o aumento da renda do agricultor
Redução do Uso de Agroquímicos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Redução sistemática do uso de agroquímicos em todas as culturas (especialmente as mecanizadas de soja, milho, trigo e arroz, além da fruticultura), reduzindo os impactos ambientais destas atividades - estão previstas ações de: <ul style="list-style-type: none"> - Implementação de controle e fiscalização das atividades agrícolas com forte demanda por defensivos - Treinamento de agricultores para o uso correto destes materiais - Capacitação de técnicos com ênfase na legislação específica - Fortalecimento de programa de disseminação do controle já existente

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

O Sistema de Informação e Monitoramento de Dados, previsto no programa Apoio ao Planejamento e Gestão de Recursos Naturais, propõe a implantação e operação de um Sistema Integrado de Informações Ambientais para o Rio Grande do Sul e, concomitantemente, um programa integrado de fortalecimento institucional para a gestão ambiental do Estado. O sistema proposto objetiva a compatibilização e unificação da linguagem dos sistemas de informações ambientais do Rio Grande do Sul bem como a atualização e digitalização da cartografia básica do Rio Grande do Sul, disponibilizando-o às estruturas de meio ambiente.

Quadro III-18 – Projetos do Programa de Apoio ao Planejamento de Recursos Naturais

Projeto	Descrição
Sistema de Informações e Monitoramento de Dados	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Compatibilização e unificação da linguagem dos diversos sistemas de informação ambientais existentes no Estado, com atualização da base cartográfica, visando unificação e centralização dos dados disponíveis - maior rapidez e confiabilidade nas consultas ▶ Projeto essencial para o fortalecimento da gestão ambiental do Estado, que envolve também a capacitação do corpo técnico de manutenção e atualização das estruturas

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

No programa Gestão de Recursos Naturais destaca-se o projeto de Restauração de Mata Ciliar no Rio Grande do Sul, que se destina a restaurar a vegetação às margens e no entorno dos corpos hídricos em Bacias Hidrográficas do Estado. Os recursos previstos para este projeto derivam das implantações de grandes empreendimentos nas bacias hidrográficas e os conflitos previamente identificados em cada uma delas.

Quadro III-19 – Projetos do Programa de Gestão de Recursos Naturais

Projeto	Descrição
Restauração de Matas Ciliares	<ul style="list-style-type: none"> ▶ A expansão das culturas empresariais gera impactos sobre o meio ambiente (especialmente a remoção da cobertura vegetal, que acelera processos de erosão e assoreamento de rios, potencializa a contaminação da água por agroquímicos e elimina a biodiversidade que protege estas culturas de pragas e doenças) ▶ O projeto prevê a restauração da mata ciliar ao longo dos cursos d'água das principais bacias hidrográficas do Estado, além de monitoramento, fiscalização do uso do solo e estabelecimento de compromissos ambientais com agricultores e empreendedores
Criação, Consolidação e Manejo de áreas Protegidas	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Definição de estratégia estadual para preservação da biodiversidade, com criação e monitoramento de Unidades de Conservação e seus respectivos planos de manejo, de modo a reduzir as pressões de uso destas áreas para outros fins
Criação, Consolidação e Manejo de Terras Indígenas	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fortalecimento das ações de fiscalização e manejo adequado das terras indígenas demarcadas, associado expansão dos limites reservados as comunidades indígenas (especialmente em áreas ainda no regularizadas, como no COREDE Missões) - redução das pressões de uso destas áreas para fins diversos
Proteção e Criação de Unidades de Conservação nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Criação de áreas protegidas nos afloramentos do aquífero e elaboração / implementação de marcos técnicos e institucionais para gerenciamento e preservação dos recursos hídricos desta área - ação de grande importância diante da crescente escassez de água no Estado

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

III.2.1.5. Programas e Projetos para a Estratégia 5 – Estruturação da Governança Moderna e Participativa

Na etapa de avaliação foi constatada a contradição entre um grande capital social, representado pelas mais variadas formas de associativismo e de mecanismos participativos, e um igualmente grande problema de governança, com inúmeras superposições que resultam em perda de eficiência e em indefinições decisórias. O capital social conquistado pelo Estado é um bem estratégico para a realização das transformações necessárias para reverter a tendência ao aprofundamento das desigualdades sociais e regionais, ao mesmo tempo em que se mantém a competitividade da economia gaúcha. Assim, sua consolidação e potencialização são objetivos permanentes, cuja concretização depende em grande medida da melhoria das condições de governança.

Os esforços para imprimir uma boa governança regional e setorial situam-se, a princípio, em seis vertentes principais:

a) Atuação do Estado no sentido de definir claramente papéis e responsabilidades dos órgãos setoriais, especialmente os recém criados, eliminando possibilidades de superposições de ações setoriais.

b) Articulação e coordenação do Estado em iniciativas inter-secretarias (em áreas tais como pesquisas e inovações, agricultura e meio ambiente, entre outras), racionalizando e evitando duplicações de esforços humanos e financeiros.

c) Atuação do Estado em termos das Regiões Funcionais definidas neste estudo, que respeitam a organização sedimentada da sociedade civil, por meio dos COREDEs;

d) Capacitação das estruturas centrais e regionais de ordenamento territorial;

e) Atuação do Estado criando interlocutores intersetoriais para planejamento. Podem ser as Casa de Governo, com papel distinto do atual, de âmbito regional, que se relacionem com os COREDEs e outros agentes estaduais e privados; ou Agências de Desenvolvimento, nas tarefas de planejamento estratégico, além do orçamentário, construindo planos regionais a serem perseguidos por todos;

f) Adoção, em agrupamentos de projetos e programas regionais, da “governança operacional”, que congregue os atores intervenientes, na busca do alcance da implementação do mesmo.

Quadro III-20 – Projetos do Programa de Estruturação da Governança Moderna e Participativa

Projeto	Descrição
Ordenamento da Administração Estadual	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Análise da definição de papéis e responsabilidades dos órgãos setoriais, eliminando superposições que geram ineficiência na ação de recursos e reduz a captura de sinergias entre as atuações destes órgãos - harmonização dos projetos e atividades descritos no orçamento e nos planos de ao setoriais, com eventual realinhamento às estratégias propostas para o Estado
Articulação e Coordenação do Estado em Iniciativas Inter-Secretarias	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Estabelecidas as competências dos órgãos setoriais, devem ser montadas, para o gerenciamento dos projetos, comissões ad hoc com representantes de todas as entidades envolvidas, atendendo adequadamente às necessidades de cada ação. Um conselho intersecretarial, presidido pelo Governador e administrado pela SCP, rege a criação destas comissões e a priorização financeira, temporal e política dos projetos
Definição das Regionalizações Setoriais de Planejamento do Acordo com as Regiões Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Implantação da regionalização funcional de planejamento, representando avanços à base técnica de ordenamento territorial, ao mesmo tempo que reconhece a importância da manutenção da organização dos COREDES ▶ Envolve o estudo da atuação das coordenadorias regionais em atividades de execução ou planejamento de ações, sendo que, no primeiro caso, estabelece a necessidade da presença capilar das representações nos COREDES (para acompanhamento das iniciativas) e, na segunda opção, prevê a distribuição espacial de núcleos de planejamento no nível das regiões funcionais ▶ Prevê integração com a iniciativa das Casas de Governo (concentração física dos órgãos governamentais com redução de gastos em aluguel e manutenção), para abrigar as estruturas necessárias a este projeto
Capacitação das Estruturas para o Planejamento e Ordenamento Territorial	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Aparelhamento das estruturas dos órgãos setoriais para viabilizar a continuidade das atividades de planejamento e ordenamento territorial na fase da implantação das propostas do estudo ▶ Ações fundamentais: <ul style="list-style-type: none"> - Reaparelhamento (equipamentos e sistemas) e ampliação do quadro de pessoal da METROPLAN, melhorando a resposta às necessidades de planejamento territorial do trabalho - Criação da Agência de Regiões Hidrográficas para planejamento do uso de recursos (apoio técnico e administrativo ao Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas) - Aparelhamento dos COREDES, incentivando os convênios com instituições de ensino superior para a realização de estudos, projetos e manutenção de bancos de dados, de modo a sustentar os processos decisórios e de participação popular
Revisão da Legislação de Ordenamento Territorial	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Capacitação do capital humano dos órgãos setoriais e prefeituras municipais para as atividades necessárias de planejamento e ordenamento territorial ▶ Prevê-se a formação de consórcios de instituições de ensino superior, que realizarão ciclos de seminários e oficinas de trabalho para a qualificação deste corpo técnico
Revisão da Legislação de Ordenamento Territorial	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Revisão do conjunto de 16 leis e decretos estaduais identificados na etapa de diagnóstico do estudo, relacionados ao desenvolvimento regional, para verificação da eficácia de cada um destes diplomas legais e preenchimento de eventuais vazios normativos

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Quadro III-20 – (Continuação)

Projeto	Descrição
Governança Regional	<ul style="list-style-type: none">▶ As diversas regionalizações setoriais e institucionais incidentes sobre o território gaúcho e os variados conselhos que as gerenciam resultam em obstáculos à governança eficiente do processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, na medida em que tornam o planejamento e execução de projetos atividades demasiadamente complexas e lentas▶ Para resolução desta questão, o estudo identificou cinco questões principais a serem enfocadas em relação à Governança Regional:<ul style="list-style-type: none">- Recuperação da visão regional do planejamento (reverso da tendência de redução da amplitude geográfica dos projetos discutidos em âmbito local, que ocorreu ao longo dos últimos tempos conforme se introduziu a participação dos COMUDEs nas atividades de planejamento)- Eliminação do vínculo entre o planejamento regional e o Orçamento Regional e a Consulta Popular (ampliação do universo de possibilidades das organizações locais e regionais das decisões de planejamento, aumentando a participação do setor empresarial, para além dos limites de atuação do Governo Estadual, aos quais hoje estão vinculadas e restritas as iniciativas dos atores regionais)- Reestruturação do Estado para responder ao planejamento regional (estabelecimento de interlocutores únicos entre o Governo e as entidades setoriais, unificando as diversas regionalizações de planejamento utilizadas por diferentes instituições e que representam entraves relevantes à implementação de soluções integradas para o desenvolvimento do Estado)- Coordenação entre planejamento e implementação de ações (definição clara de responsabilidades e escopos de atuação entre visão sistêmica desprovida de elementos que possam gerar dispersão de iniciativas e conflitos de interesses e objetivos)- Redefinição das formas de regionalizar recursos orçamentários (redefinição dos critérios de alocação de recursos para as diversas regiões - sejam eles para investimento ou custeio, que hoje estão restritos aos resultados da Consulta Popular e determinações dos órgãos setoriais, retirando as margens de manobra e tornando inflexível o sistema às necessidades e contingências de cada área do Estado)▶ O projeto prevê ações das seguintes naturezas:<ul style="list-style-type: none">- Delineamento da estrutura organizacional e funções dessa governança, que agregue e privilegie a participação do capital social regional, mantendo o papel decisivo do Estado e alavancando a operacionalização dos projetos- Construção de um compromisso entre os representantes do capital social das regiões - COREDEs e outros atores - e o Estado, em torno de um Plano Regional que defina as principais questões, desafios, estratégias e ações a serem perseguidas, seja pelo Estado ou atores regionais- Implementação de um sistema de monitoramento e avaliação dos Planos Regionais, que permita aos vários agentes acompanhar a implementação destes- Redefinição da alocação dos recursos orçamentários para as regiões

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

III.2.1.6. Programas e Projetos para a Estratégia 6 – Planos Regionais para Desenvolvimento e Superação de Desigualdades

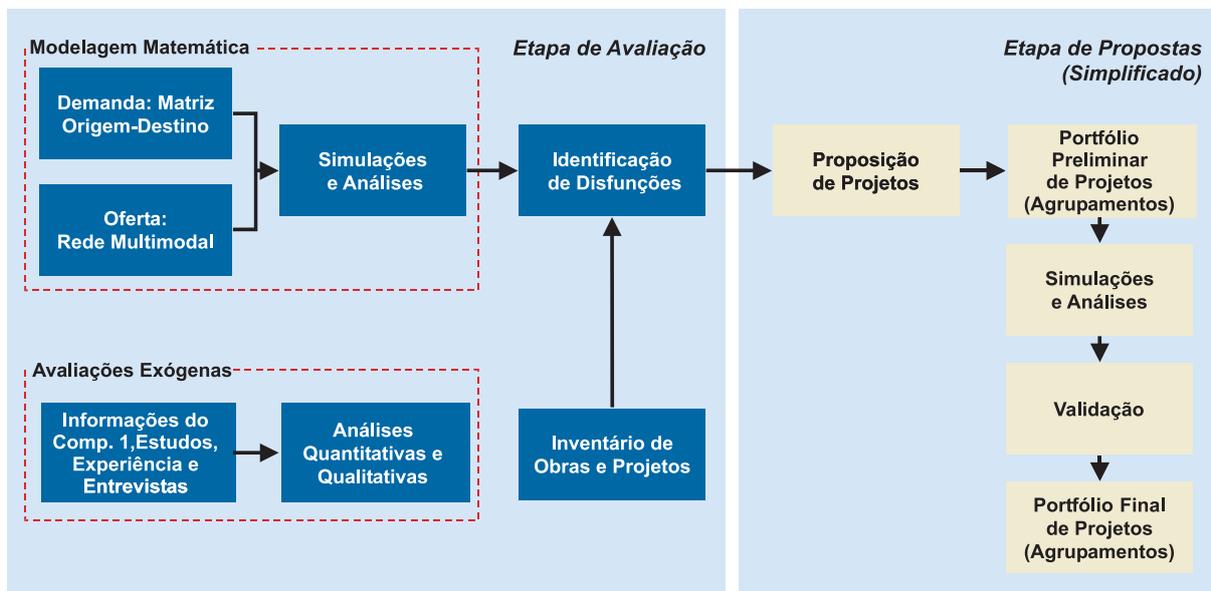
Esta estratégia constitui-se nos Planos de Ação Estratégicos estruturados para as 9 regiões definidas no estudo RumoS 2015, que buscam, ao mesmo tempo, ampliar a competitividade, fortalecer as cidades médias, conservar os recursos naturais, estruturar a governança e promover a inserção social, de modo a buscar o desenvolvimento dessas áreas de tal forma a reduzir suas desigualdades no contexto estadual. O **item III.3** seguinte descreve as tendências recentes, o futuro tendencial esperado, a visão estratégica, as estratégias e os Agrupamentos de Programas e Projetos para cada uma das regiões funcionais.

III.2.2. Portfólio de Investimentos em Logística de Transportes

Constam deste Portfólio todos os projetos físicos, isto é, de infra-estrutura, associados à solução dos gargalos ou elos faltantes identificados na etapa de Propostas que apresentaram bons resultados em termos de avaliação econômica. Uma das características do Portfólio é a sua concepção integrada, destacando-se o conceito de Agrupamento de projetos, que visa o melhor aproveitamento das sinergias – funcional e financeira – existentes entre as diversas intervenções no sistema de transportes.

A **Figura III-15** apresenta de maneira simplificada o processo de constituição dos agrupamentos.

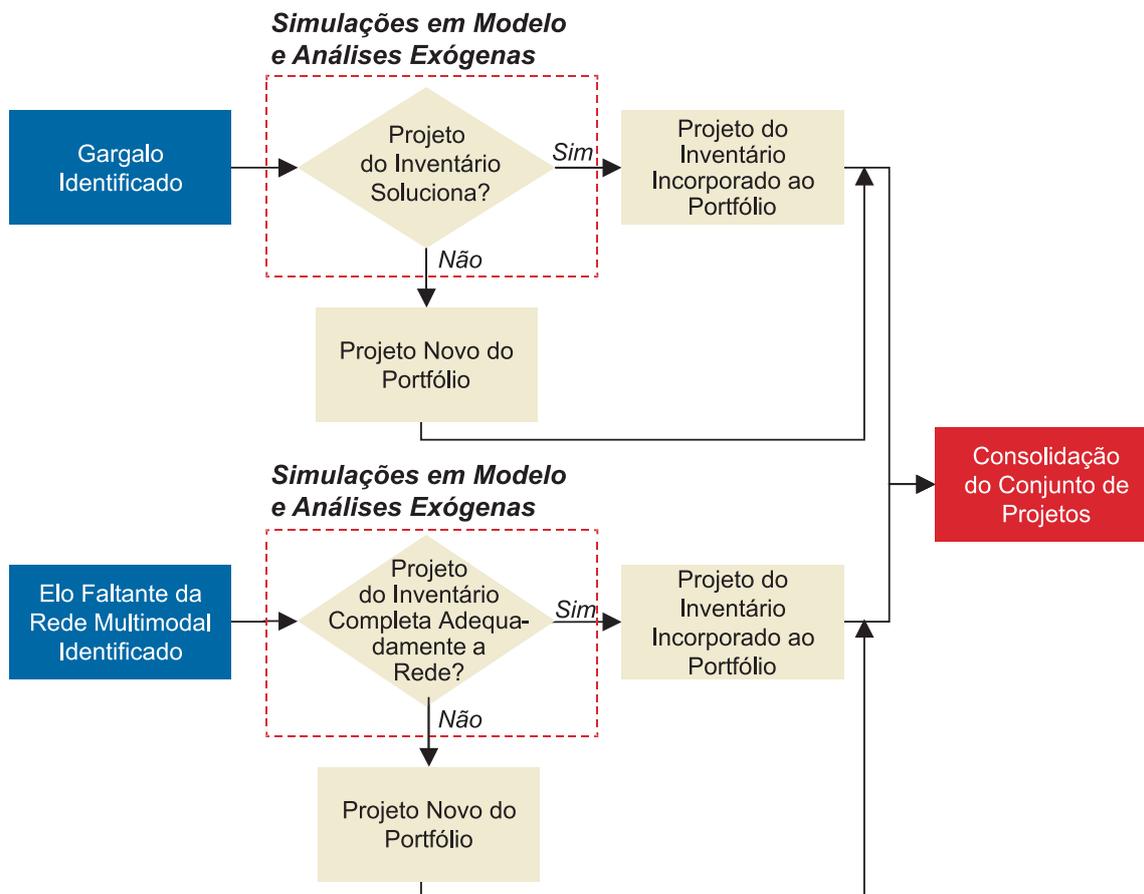
Figura III-15 – Metodologia para Constituição dos Agrupamentos



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

A metodologia para a consolidação do conjunto de projetos baseou-se em realizar o cruzamento (*match*) dos projetos existentes no inventário de obras e projetos com os gargalos identificados, procedendo-se uma análise minuciosa para verificar se os projetos propostos atendiam aos mesmos, ou se era necessário conceber novos projetos para a resolução das disfunções, obtendo assim o conjunto de projetos consolidado. A conformação deste processo encontra-se apresentado na **Figura III-16**.

Figura III-16 – Metodologia para Consolidação do Conjunto de Projetos



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Box 4 – Conceitos: projetos, intervenções físicas e agrupamentos de projetos

Projetos são conjuntos de intervenções físicas e, eventualmente, não-físicas, destinadas a solucionar uma ou mais disfunções do sistema logístico do Estado. O conjunto de projetos é dividido em duas categorias: projetos existentes e projetos novos.

As intervenções físicas são ações promovidas na infra-estrutura de transporte, constituídas pelas obras e serviços que caracterizam um projeto:

Rodovias – construção; adequação de capacidade; pavimentação ou restauração

Ferrovias – restauração ou remodelação

Hidrovias – dragagem ou qualificação

Dutovias – construção

Aeroportos – construção ou melhorias

Portos – construção ou melhorias

Plataformas terrestres – implantação ou melhorias

Armazéns – melhorias ou construção

Um Agrupamento consiste em um conjunto sinérgico de projetos de infra-estrutura, destinados à adequação do atendimento de determinadas demandas atuais e/ou futuras por transporte.

As principais motivações para sua utilização são, respectivamente, a possibilidade da exploração de sinergias, a redução de custos generalizados de transportes, a sua contribuição ao equacionamento financeiro dos projetos, a minimização de riscos envolvidos com a proposição de projetos isolados (garantia recíproca de alocação e mitigação de riscos) e o substancial reforço que oferece ao marketing dos projetos envolvidos.

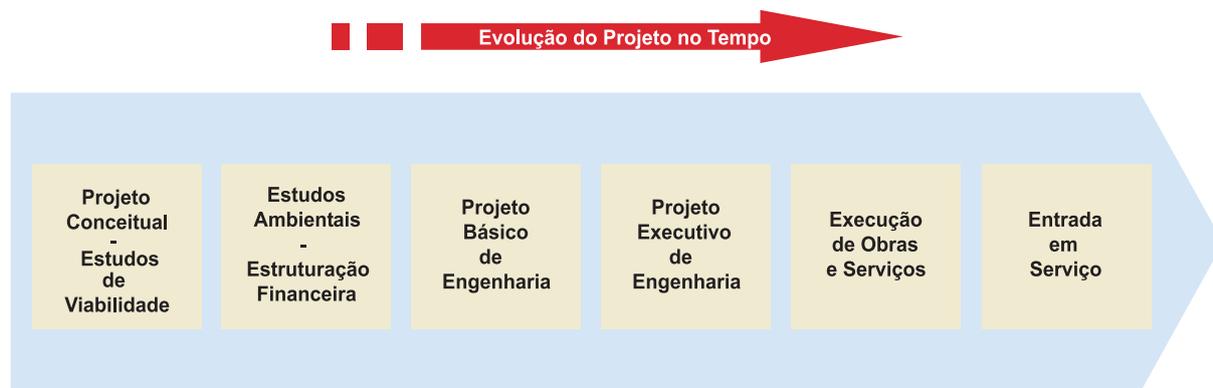
A aglomeração de projetos visando o melhor aproveitamento das sinergias existentes entre as diversas intervenções no sistema de transportes é a razão pela qual os agrupamentos de projetos são concebidos.

Uma vez elencados os projetos candidatos ao Portfólio de intervenções, a lista foi analisada com relação a tipologia de projeto proposto, eliminando projetos de alcance pontual e de baixo impacto, como, por exemplo, restaurações abaixo de 30 km, dando origem à relação final de projetos testada em relação a sua viabilidade.

O prazo de maturação dos projetos é definido como o intervalo de tempo transcorrido entre a concepção inicial de um projeto e a sua entrada em operação, sendo essencial para a análise de viabilidade técnico-financeira. As atividades envolvidas e o respectivo intervalo de tempo para a implantação precisam ser dimensionados, pois, para que um projeto entre efetivamente em operação no ano desejado, estas ações devem ser programadas e realizadas anteriormente.

Assim, a fixação de cronogramas dos projetos necessita também da previsão das atividades para sua implantação. No contexto do planejamento da logística de transportes, para todas as modalidades ou tipos de terminais, observa-se um modelo comum, que apresenta bastante aderência com casos analisados no país, conforme indica a **Figura III-17**.

Figura III-17 – Modelo de Atividades Previstas para a Implantação de Projetos



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

O modelo definido permitiu a construção de uma tipologia de fases de implantação, com a definição de sete tipos representativos cujas características principais são as respectivas durações estimadas para a implantação de projetos, que variam segundo as modalidades ou tipos de terminais, e tipos de intervenções previstas no projeto.

Os tempos médios de cada fase para os diferentes tipos de intervenções foram obtidos por meio de entrevistas com especialistas setoriais ou a partir de outros estudos similares. Estes intervalos de tempo devem ser considerados apenas como referência, variando em função das características específicas de cada projeto, sendo possíveis variações significativas.

A **Tabela III-8** apresenta a tipologia das fases de implantação, considerando o intervalo de tempo de cada fase de implantação de um projeto, segundo os diferentes tipos de intervenção.

Tabela III-8 – Duração das Fases de Implantação de Projetos Segundo o Tipo de Intervenção

(em Meses)

Categoria	Intervenção	PC e EV	EA e EF	PB	PE	EOS	Total
Aeroporto	Construção	8	12	6	8	24	58
	Melhorias	8	6	6	8	16	46
Armazém	Construção	NA	NA	NA	9	15	24
Ferrovia	Construção	14	16	12	16	40	98
	Remodelação	8	6	6	8	16	46
Hidrovia	Dragagem	10	12	NA	8	16	46
Plataforma Terrestre	Implantação	8	6	6	8	16	46
Porto	Construção	8	12	6	8	24	58
	Melhorias	8	6	6	8	16	46
Rodovia	Adequação de Capacidade (Duplicação)	8	12	6	8	24	58
	Adequação de Capacidade (Terceira Faixa)	6	6	NA	6	12	30
	Construção	8	12	6	8	24	58
	Pavimentação	8	6	6	8	16	58
	Restauração	6	6	NA	6	12	30

Obs.: PC – projeto conceitual; EV – estudo de viabilidade; EA – estudos ambientais; EF – estruturação financeira; PB – projeto básico; PE – projeto executivo de engenharia; EOS – execução de serviços e obras.; NA – não se aplica

Fonte: Entrevistas com especialistas setoriais, Análises Booz Allen Hamilton e Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Parte substancial dos projetos rodoviários, ferroviários ou hidroviários foram submetidos às simulações em modelo matemático, permitindo assim a validação destes projetos e a definição de seus anos de entradas em serviço. Assim, demandas por transporte, atuais e futuras, são cotejadas com a oferta, representada pelas redes de transporte atual e futuras.

A **Tabela III-9** apresenta a quantidade de projetos segundo a categoria para os diferentes anos de entrada em serviço.

Tabela III-9 – Quantidade de Projetos por Categoria e Ano de Entrada em Serviço

Modalidade/ Terminal	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015
Aeroporto	3				1					
Armazém			5	4	3					
Ferrovia		3		2	2					3
Hidrovia	2					1				
Plataforma Terrestre		1	7						1	2
Porto	4					1				
Rodovia	34	8	4		1	3	1	20	10	25
Total	43	12	16	6	7	5	1	20	11	30

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

A maioria dos projetos tanto em termos de quantidade como de valor do investimento estão concentrados nos primeiros anos (2007 a 2011) e nos últimos anos, a saber, 2014 e 2015. Além destes, existe uma outra concentração de projetos que somente se viabilizam quando implantados em anos posteriores a 2015, último ano-horizonte proposto. A concentração de projetos no curto prazo pode ser explicada pela carência de investimentos realizados em infra-estrutura no Estado ao longo da última década, em função da falta de recursos. Projetos programados para os anos futuros por sua vez são necessidades de melhorias da infra-estrutura que atendem gargalos que somente se manifestam no médio-longo prazo.

Os projetos tendem a ser bastante diversificados até 2009, com a presença de projetos das diversas modalidades e tipos de terminais. Os projetos em rodovias são os que apresentam maior distribuição ao longo dos anos embora, em termos de investimento, os projetos previstos para os anos iniciais sejam de valor menor do que os dos anos finais.

A **Tabela III-10** apresenta o valor total dos projetos segundo a categoria e o ano de entrada em serviço.

Tabela III-10 – Valor dos Projetos por Modalidade/Terminal e Ano de Entrada em Serviço

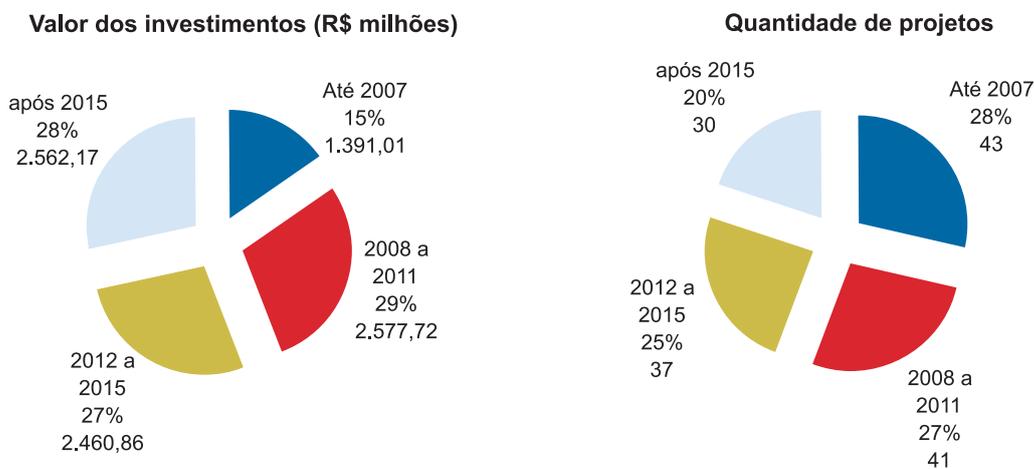
(em R\$ Milhões)

Modalidade/Terminal	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015
Aeroporto	165,60				84,00					
Armazém			335,11	255,15	747,09					
Ferrovias		185,90		61,70	67,51					978,68
Hidrovia	73,00					170,00				
Plataforma Terrestre		135,00	6,30						90,00	135,00
Porto	197,00					140,00				
Rodovia	955,41	176,23	494,73		29,00	101,74	32,24	989,51	937,37	1.448,49
Total	1.391,01	497,13	836,14	316,85	927,60	411,74	32,24	989,51	1.027,37	2.562,17

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

A **Figura III-18** mostra a distribuição dos projetos, em quantidade e valor, de acordo com os períodos considerados.

Figura III-18 – Conjunto dos Projetos e Valor dos Investimentos Segundo os Períodos de Entrada em Serviço

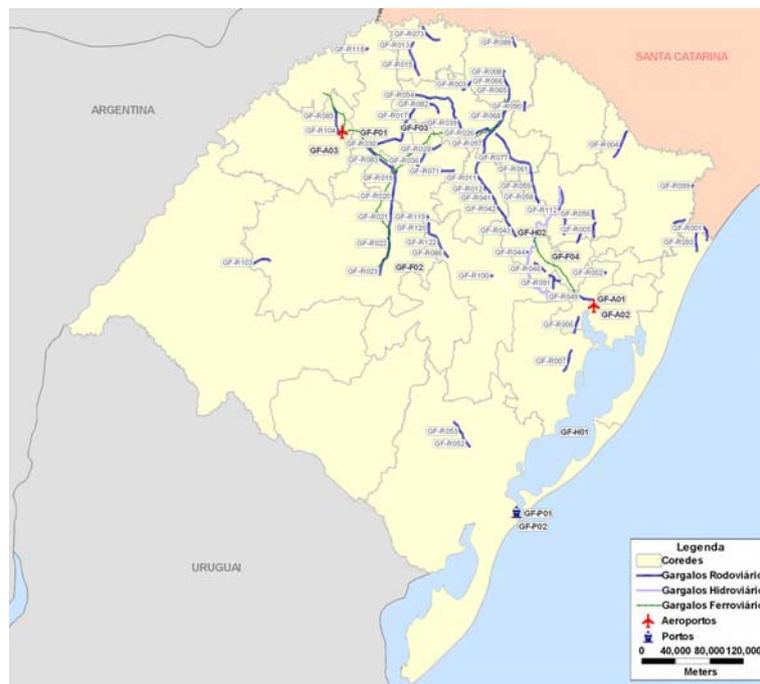


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

III.2.2.1. Elos Críticos da Logística de Transportes do Estado

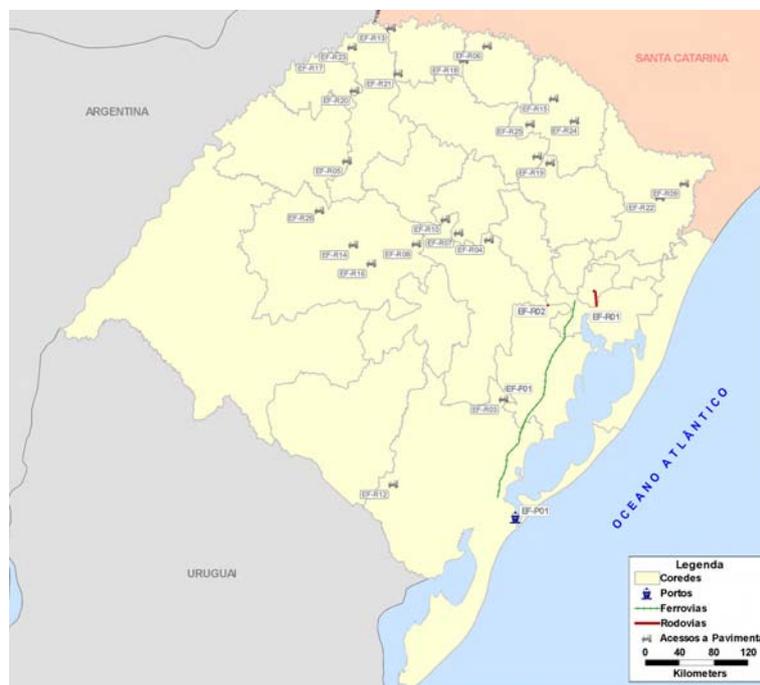
A atividade de se identificar os gargalos, elos faltantes e outras disfunções atuais no sistema logístico do Estado é de suma importância para a montagem do portfólio de projetos. Isto porque, cada um dos projetos constantes no portfólio deverá endereçar um ou mais gargalos identificados durante a etapa de diagnóstico.

Figura III-19 – Gargalos de Infra-Estrutura Física



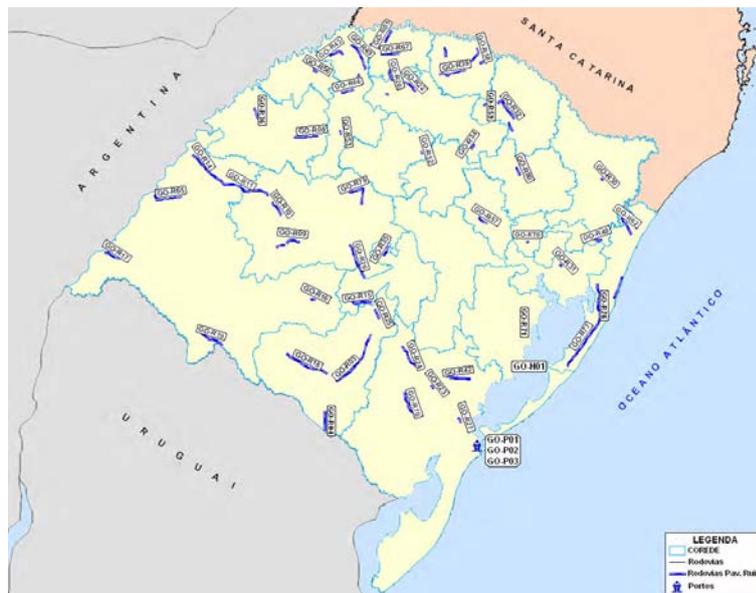
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Figura III-20 – Elos Faltantes de Infra-Estrutura Física



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Figura III-21 – Disfunções Operacionais



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Quadro III-21 – Gargalos Legais-Institucionais

Código	Modal/Terminal	Alcance	Nome	Descrição
GI-F01	Fronteira	Nacional	Liberação de Cargas pela Receita Federal	Demora na liberação de cargas devido ao restrito horário de atendimento e a falta de adequação do Regulamento Aduaneiro ⁽¹⁾
GI-F02	Fronteira	Nacional	Áreas de Controle Integrado	Falta de integração entre aduanas em fronteiras de países limítrofes e procedimentos em duplicidade entre países ⁽¹⁾
GI-F03	Fronteira	Nacional	Problemas Operacionais em Organismos Governamentais	Problemas operacionais devido à limitação de atuação de organismos governamentais, tais como Fiscalização do ICMS, IBAMA, Ministério da Agricultura, ANVISA ⁽¹⁾
GI-F04	Fronteira	Nacional	Problemas Operacionais em Outros Organismos	Problemas operacionais devido à limitação de atuação de outros organismos, SDAERGS, Banco do Brasil e Banrisul ⁽¹⁾
GI-H01	Hidroviário	Nacional	Alto Custo do Seguro das Cargas	Adoção de índice de sinistralidade nacional, que inclui os riscos da Bacia Amazônica ⁽¹⁾
GI-P01	Porto	Nacional	Plano Estratégico Porto do Rio Grande	Ausência de um Plano Estratégico para o Porto do Rio Grande ⁽¹⁾
GI-P02	Porto	Regional	Taxa de Manuseio de Contêineres no TECON Rio Grande	Taxa de R\$ 26,20 cobrada pelo TECON para desembarque de contêineres via hidrovia ⁽¹⁾
GI-R01	Rodoviário	Regional	Balanças fora de Operação	Falta de recursos para manutenção e operação das balanças rodoviárias ⁽¹⁾

Fonte: (1) SEDAI, 2005; Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

É importante ressaltar que a simples existência do gargalo ou elo faltante físico não significa necessariamente que se terá um projeto visando sua eliminação, pois diferentes alternativas de transporte serão testadas no decorrer da etapa de Propostas. Por exemplo, rodovias com restrição de capacidade poderão ter solução através de melhorias em corredor ferroviário, que atende a mesma demanda hoje usuária da rodovia.

A **Tabela III-11** e **Tabela III-12** apresentam síntese quantitativa de gargalos, elos faltantes e outras disfunções, classificados segundo relação com a infra-estrutura física, com aspectos operacionais e, finalmente, com aspectos legais e institucionais.

Verifica-se que a modalidade rodoviária apresenta uma grande quantidade de gargalos, basicamente relacionados com trechos com baixo nível de serviço, onde o volume é superior ou se aproxima à capacidade dos trechos. É importante frisar que estes gargalos se apresentam para a hora pico. Outro grande número de gargalos refere-se a trechos com pavimento em condições ruins.

Em segundo lugar aparece a modalidade ferroviária, recentemente reativada com o processo de privatização através do modelo de concessão onerosa, que permitiu o resgate desta modalidade principalmente para o transporte de grandes volumes de granéis e a grandes distâncias.

O item plataforma terrestre não se apresenta com gargalos, pela inexistência destes terminais hoje no Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela III-11 – Síntese dos Gargalos e Outras Disfunções

Dimensão / Categoria (Gargalos e Outras Disfunções)	Rodoviário	Ferrovário	Hidroviário	Portos	Aeroportos	Plataformas Terrestres	Postos de Fronteira
Infra-Estrutura Física	122	4	2	1	3		
Operacionais	83		1	3		1	
Legal-Institucionais	1		1	2			4

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC